

PALÁCIO BARRIGA-VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO LVIII

FLORIANÓPOLIS, 23 DE ABRIL DE 2008

NÚMERO 5.881

16ª Legislatura
2ª Sessão Legislativa

MESA

Julio Cesar Garcia

PRESIDENTE

Clésio Salvaro

1º VICE-PRESIDENTE

Ana Paula Lima

2º VICE-PRESIDENTE

Rogério Mendonça

1º SECRETÁRIO

Valmir Comin

2º SECRETÁRIO

Dagomar Carneiro

3º SECRETÁRIO

Antônio Aguiar

4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO

Herneus de Nadal

PARTIDOS POLÍTICOS

(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA

Líder: Sílvio Dreveck

PARTIDO DO MOVIMENTO

DEMOCRÁTICO BRASILEIRO

Líder: Manoel Mota

DEMOCRATAS

Líder: Gelson Merísio

PARTIDO DOS TRABALHADORES

Líder: Pedro Uczai

PARTIDO DA SOCIAL

DEMOCRACIA BRASILEIRA

Líder: Marcos Vieira

PARTIDO TRABALHISTA

BRASILEIRO

Líder: Narcizo Parisotto

PARTIDO REPUBLICANO

BRASILEIRO

Líder: Odete de Jesus

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA

Líder: Professor Grandó

PARTIDO DEMOCRÁTICO

TRABALHISTA

Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Romildo Titon - Presidente

Marcos Vieira - Vice Presidente

Jean Kuhlmann

Gelson Merísio

Pedro Uczai

Pe. Pedro Baldissera

Narcizo Parisotto

Joares Ponticelli

Herneus de Nadal

Terças-feiras, às 9:00 horas

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

Reno Caramori - Presidente

Décio Góes - Vice Presidente

Sargento Amauri Soares

Serafim Venzon

Manoel Mota

Renato Hinnig

Jean Kuhlmann

Terças-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Jailson Lima da Silva - Presidente

Odete de Jesus - Vice Presidente

Darci de Matos

Herneus de Nadal

Jandir Bellini

Jorginho Mello

Genésio Goulart

Quartas-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE AGRICULTURA, E POLÍTICA RURAL

Moacir Sopelsa - Presidente

Reno Caramori - Vice Presidente

Sargento Amauri Soares

Dirceu Dresch

Marcos Vieira

Gelson Merísio

Romildo Titon

Quartas-feiras, às 18:00 horas

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Jean Kuhlmann - Presidente

Joares Ponticelli - Vice Presidente

Elizeu Mattos

Dirceu Dresch

José Natal Pereira

Renato Hinnig

Professor Grandó

Terças-feiras, às 11:00 horas

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Jorginho Mello - Presidente

Gelson Merísio - Vice Presidente

Décio Góes

José Natal Pereira

Jandir Bellini

Manoel Mota

Renato Hinnig

Odete de Jesus

Sílvio Dreveck

Quartas-feiras, às 09:00 horas

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Dirceu Dresch - Presidente

Sargento Amauri Soares - Vice Presidente

Cesar Souza Júnior

Edson Piriquito

Elizeu Mattos

Kennedy Nunes

Nilson Gonçalves

Quartas-feiras às 11:00 horas

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E MINAS E ENERGIA

Sílvio Dreveck - Presidente

Renato Hinnig - Vice Presidente

Ada de Luca

Elizeu Mattos

Marcos Vieira

Pedro Uczai

Professor Grandó

Quartas-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Décio Góes - Presidente

Edson Piriquito - Vice Presidente

Edison Andrino

José Natal Pereira

Cesar Souza Júnior

Reno Caramori

Professor Grandó

Quartas-feiras, às 13:00 horas

COMISSÃO DE SAÚDE

Genésio Goulart - Presidente

Jailson Lima da Silva - Vice Presidente

Edson Piriquito

Gelson Merísio

Kennedy Nunes

Serafim Venzon

Odete de Jesus

Terças-feiras, às 11:00 horas

COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER

Ada de Luca - Presidente

Pedro Uczai - Vice Presidente

Genésio Goulart

Kennedy Nunes

Elizeu Mattos

Serafim Venzon

Odete de Jesus

Quartas-feiras às 10:00 horas

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Darci de Matos - Presidente

Pedro Uczai - Vice Presidente

Ada de Luca

Manoel Mota

Jorginho Mello

Professor Grandó

Sílvio Dreveck

Quartas-feiras às 08:00 horas

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Nilson Gonçalves - Presidente

Narcizo Parisotto - Vice Presidente

Edison Andrino

Jandir Bellini

Elizeu Mattos

Moacir Sopelsa

Jailson Lima da Silva

Terças-Feiras, às 18:00 horas

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Odete de Jesus - Presidente

Kennedy Nunes - Vice Presidente

Jailson Lima da Silva

Moacir Sopelsa

Joares Ponticelli

Nilson Gonçalves

Jean Kuhlmann

Romildo Titon

Manoel Mota

**DIRETORIA
LEGISLATIVA**

Coordenadoria de Publicação:
responsável pela digitação e/ou
revisão dos Atos da Mesa Diretora e
Publicações Diversas, diagramação,
editoração, montagem e distribuição.
Coordenador: Eder de Quadra
Salgado

Coordenadoria de Taquigrafia:
responsável pela digitação e revisão
das Atas das Sessões.
Coordenadora: Lenita Wendhausen
Cavallazzi

**Coordenadoria de Divulgação e
Serviços Gráficos:**
responsável pela impressão.
Coordenador: Claudir José Martins

**DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA
EXPEDIENTE**

Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Palácio Barriga-Verde - Centro Cívico Tancredo Neves
Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC
CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500
Internet: www.alesc.sc.gov.br

IMPRESSÃO PRÓPRIA
ANO XII - NÚMERO 1893
1ª EDIÇÃO - 110 EXEMPLARES
EDIÇÃO DE HOJE: 20 PÁGINAS

ÍNDICE**Publicações Diversas**

Audiência Pública.....	2
Ata de Comissão Permanente.....	13
Aviso de Licitação.....	13
Ofícios.....	13
Projeto de Emenda Constitucional.....	13
Projetos de Lei.....	14

PUBLICAÇÕES DIVERSAS**AUDIÊNCIA PÚBLICA**

**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE TRANSPORTES E
DESENVOLVIMENTO URBANO, PARADISCUTIR SOBRE AS QUESTÕES
RELATIVAS AOS INVESTIMENTOS EM INFRA-ESTRUTURA EM NOSSO
ESTADO, COMO FERROVIAS, PORTOS, AEROPORTOS E RODOVIAS
COM ÊNFASE NA REGIÃO SUL E SERRANA, REALIZADA NO DIA 3 DE
MARÇO DE 2008, ÀS 14H, NO MUNICÍPIO DE LAGUNA**

O SR. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS (Sidnei de Oliveira) - Senhores
deputados, senhora senadora e os demais presentes, boa-tarde.

Nos termos do Regimento Interno do Poder Legislativo catarinense,
damos início à audiência pública convocada pelo deputado Reno Caramori,
presidente da Comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano da Assembléia
Legislativa do Estado de Santa Catarina, através do requerimento de autoria do
deputado Décio Góes e por indicação da senadora Ideli Salvatti, com a finalidade
de debater e encaminhar questões relativas aos investimentos em infra-estrutura
em nosso Estado, como ferrovias, portos, aeroportos e rodovias, com ênfase na
região sul e região serrana.

Convidamos para tomar assento junto à mesa o presidente da
Comissão, deputado Reno Caramori, o deputado Décio Góes, requerente da
audiência pública; o deputado Manoel Mota, membro da Comissão; a
senadora Ideli Salvatti; o prefeito de Laguna, Célio Antônio; o senhor Mauro
Vargas Candemil, secretário regional de Laguna, representando o governador
Luiz Henrique da Silveira; e o senhor João José dos Santos, superintendente
do DNIT em Santa Catarina.

Para iniciar os trabalhos desta audiência pública, passamos a
palavra ao presidente da Comissão, deputado Reno Caramori.

O SR. PRESIDENTE (deputado Reno Caramori) - Senhores e
senhores, muito boa-tarde.

Queremos cumprimentar nosso prefeito anfitrião que nos recebe,
e já nos recebeu pela manhã numa audiência pública da Comissão de
Turismo e Meio Ambiente; a nossa senadora Ideli Salvatti; o nosso deputado
Góes; o deputado Mota; o Mauro, que hoje representa aqui o senhor
governador; o nosso amigo engenheiro João José, do DNIT, que será
sabatinado nesta tarde, e que representa também, neste ato, o
coordenador-geral de logística da Secretaria dos Portos da Presidência da
República, doutor João Aparício dos Reis Costa que, infelizmente, ao
embarcar teve um pequeno problema de saúde e não pôde viajar para
Florianópolis. Por isso, o engenheiro João José está designado a representá-
lo, e tenho certeza que ele fará isso com muita desenvoltura.

Queremos registrar a presença das seguintes autoridades e
representantes: senhor José Paulo Lemos, secretário de obra de
saneamento do município de Laguna; senhor Pedro Kuzniecowa,
presidente da Associação Empresarial de Imbituba, representando aqui
a Associação Comercial e Empresarial de Imbituba, o empresário que
tem se dedicado muito pela nossa região e mais especificamente por
Imbituba; o senhor Jeziel Pamato de Souza, nosso administrador do
porto de Imbituba, que também hoje está ansioso para receber boas
notícias da senadora; o senhor Glauco Caporal Fernandes, vice-
presidente da Acit, e que representa neste ato o Eduardo, que é o
presidente do Conselho Político Empresarial aqui do sul do Estado.

O Conselho Político, senadora, tem feito um trabalho muito
importante para o desenvolvimento de toda a nossa região.

Registro, ainda a presença do senhor Gilsoni Lunardi Albino,
da Amures; da senhora Gisele de Souza, representando a Fundação do
Meio Ambiente de Laguna; do senhor Benoni Schmidt, diretor da
Ferrovia Teresa Cristina; do senhor Mauro Pinho, secretário da Fazenda
de Laguna; da senhora Zulma Martins Batista, presidente do CDL de
Laguna; do senhor José Schotten, prefeito de São Martinho e presi-
dente da Câmara Municipal de Laguna; da senhora Eliza Liz, representando o
secretário de Estado do Turismo Gilmar Knaesel; do senhor Paulo
Sefton, representando a Secretaria de Turismo de Imbituba; do senhor
Pedro Arns, representando a Amrec; do senhor César Borges, secretário
de Turismo e Desenvolvimento Econômico de Braço do Norte; da
senhora Maria Célia Bernardo da Silva, presidente da Fundação
Lagunense de Cultura; do senhor Henorildo Pereira Filho, representando o
secretário de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável,
Onofre Santo Agostini; do senhor Walter Tavares, superintendente do
porto de Laguna; do senhor Otmar Josef Muller, presidente do
Sindiceram; do senhor Gean Carlos Fermino, secretário de
Planejamento e Desenvolvimento de Turismo de Imbituba; vereador
Valdir Rodrigues, de Imbituba; do senhor Ruy Hulse, presidente da
Siecesc; do senhor Murilo Bortoluzzi, presidente da Adram; do senhor
Carlos Abu Kalaf, representando o comandante da Capitania dos Portos
de Laguna; da senhora Maria Gorete Oderdeng, secretária de Turismo
de São Joaquim; da senhora Deleta Kauling, secretária de Planejamento
de São Joaquim; do senhor Valdevino Aluísio May, secretário de
Turismo de Timbé do Sul; do vereador Flares Fabre Melo, de São
Joaquim; da vereadora Marisa Costa Walter, de Rio Rufino, e presidente
da associação de vereadores - Uveres; do senhor Silvío da Silva Júnior,
comandante do Corpo de Bombeiros de Laguna; do senhor Paulo

Ricardo Marques Mendonça, gerente de Logística da Cerâmica Eliane; do tenente Alex Sandro Zeferino, representando o comandante da 9ª Guarnição Especial da Polícia Militar; o senhor Wenceslau Diotallevi, representando o presidente da SC Parcerias; do senhor Joaquim Paulo Guarache Leonardo, diretor da Associação Empresarial de Imbituba; do senhor Deler Milanese, representando a Associação Empresarial de Criciúma; do senhor Peterson Crippa da Silva, presidente da Associação de Hotéis, Bares e Restaurantes de Laguna; Ondina Silveira, presidente da Acil; Glauco Caporal Fernandes, vice-presidente da Acit, representando o presidente, senhor Eduardo.

Senhoras e senhores, de acordo com o nosso Regimento Interno da Assembléia Legislativa, nós recebemos do deputado Décio Góes o requerimento que passarei a ler, nas formalidades legais.

(Passa a ler.)

"O deputado que este subscreve, no amparo do Regimento Interno e por sugestão da senadora Ideli Salvatti, solicita que seja analisada a audiência pública para discutir questões relativas ao investimento de infra-estrutura no nosso Estado como ferrovias, portos, aeroportos e rodovias com ênfase na região sul e região serrana.

Para tanto sugerimos que sejam convidados representantes do Ministério do Transporte, do DNIT, do governo do Estado de Santa Catarina, das Prefeituras e Câmaras Municipais da região da Amesc, Amurel, Amrec e Amures, secretários estaduais, deputados estaduais e federais, senadores, entidades empresariais e órgãos de imprensa.

Sugerimos que a referida audiência pública seja realizada no município de Laguna no dia 3 de março de 2008, segunda-feira, das 14h às 18h, neste local."

Por isso a presença da Comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano neste município para que nós possamos atender o requerimento explícito do deputado Góes.

Eu quero cumprimentar a todos que estão presentes e algumas autoridades que não foram citadas, por falta de protocolo ou por não terem preenchido a ficha, mas isso é uma reunião de trabalho que nós vamos fazer com a maior humildade e simplicidade. O que precisamos aqui é tentar resolver ou saber o que está acontecendo de acordo com a solicitação do requerimento do deputado Décio Góes.

Passo a palavra para o deputado Décio Góes para que faça a sua exposição com relação ao requerimento e, em seguida, passo a palavra ao deputado Mota que já solicitou anteriormente.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL DÉCIO GÓES - Senhor Presidente, além de lhe cumprimentar, quero agradecer a organização deste evento e a captação do requerimento e saudar os membros da mesa composta pelo Deputado Manoel Mota; pelo prefeito anfitrião que representa todas as autoridades políticas ligadas aos municípios, vereadores e prefeitos, o Célio Antônio; o Mauro Candemil; secretário regional representando todas as lideranças ligadas ao governo do Estado; e o João José, do DNIT, representando os órgãos federais ligados à questão da infra-estrutura. Também é uma grata satisfação ter aqui a senadora Ideli, que mais do que ser senadora por Santa Catarina é a senadora do sul do Estado. Nós temos encontrado nela uma grande parceira nos vários projetos que o sul tem.

A idéia da audiência gira em torno da necessidade de a gente articular metas nos assuntos de infra-estrutura na pauta do governo estadual e do governo federal. Nesse momento histórico que nós estamos vivendo com a duplicação da BR-101, nós precisamos de uma complementação de infra-estrutura para superar a falta de infra-estrutura do sul do Estado, tanto na parte do litoral como na parte do planalto - essa deficiência na estrutura histórica que temos, em que o Estado perdeu investimentos para outras regiões.

Então é preciso aproveitar este momento histórico que estamos vivendo, da duplicação da BR-101, para promover essas complementações e colocar na pauta assuntos como a modernização dos nossos portos, a complementação dos aeroportos, a questão da ferrovia litorânea. E aí eu me pergunto a respeito de obras necessárias - inclusive hoje de manhã estávamos discutindo sobre turismo para viabilizar aqui mesmo, em que há uma fonte também de desenvolvimento econômico muito forte e que nós temos que pensar no valor.

Então a idéia da audiência tem esse espírito. Eu queria agradecer a presença de todos e por termos aqui um conjunto de lideranças que faz esta reunião ter um brilho todo especial. E certamente nós vamos poder contar com a senadora e poder dar os encaminhamentos que a gente precisa. É uma forma de pressão para as coisas virem a acontecer.

Vamos também aproveitar esta oportunidade para articular entre nós, porque senão nos articularmos não vão acontecer as coisas que a gente quer: definir e focar os nossos projetos para concentrar a nossa luta em pontos que realmente vão desabrochar o nosso desenvolvimento.

Então, muito obrigado e vamos ao trabalho.

O SR. PRESIDENTE (deputado Reno Caramori) - Muito obrigado, deputado.

Com a palavra o deputado Manoel Mota, por favor.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MANOEL MOTA (SC) - Quero saudar o deputado Reno Caramori, presidente da Comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano; o deputado Décio Góes; o prefeito municipal Célio e, em seu nome, saudar todos os prefeitos aqui presentes; a senadora Ideli, cumprimentando-a e agradecendo-a por sua presença aqui em Santa Catarina; o João José, do DNIT; o Mauro Candemil, representante do governador do Estado Luiz Henrique da Silveira, secretário de Desenvolvimento Regional; todos os vereadores aqui presentes; as associações comerciais de Laguna, Imbituba, Tubarão; os empresários; as entidades representativas aqui na data de hoje; a nossa imprensa; senhoras e senhores; a SC Parcerias, que também está presente aqui no sul de Santa Catarina para tratar de questões importantes e fundamentais para a nossa região, que é a questão da infra-estrutura.

Eu não vejo aqui e queria que estivesse presente o José Paulo Serafim, que trabalhou tanto por essa BR-101 conosco. Eu respondo a alguns processos e daqui a pouco estou em Tubarão respondendo um processo sobre o fechamento da BR-101, mas o importante não é o fechamento, é o que nós conquistamos: a BR-101 hoje é uma realidade. O governo, senadora, lá em Itajaí e arredores, entregou uma carta de Tubarão. O governador Luiz Henrique não queria que entregássemos, mas a entregamos pessoalmente ao presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva. Ele parou seu discurso para atender e ele cumpriu, disse que não ia mais ter fechamento. Eu quero dizer em público: o presidente honrou com a sua palavra e está fazendo a obra mais importante da nossa região, que é a duplicação. Ninguém está agüentando, porque não está pronto. Não adianta, um reclama por isso e outro por aquilo. Em São José ela está andando e a gente se sente orgulhoso. Eu queria deixar esse pedido.

Nós temos a ligação hoje entre Araranguá, São José dos Ausentes, Bom Jesus, Vacaria, Lagoa Vermelha, Passo Fundo, Erechim, Carazinho, São Borja e Argentina. Todo o lado do Rio Grande do Sul já está licitado, só faltam 25 quilômetros na Serra da Rocinha. Essa obra vai mudar não só o turismo da Argentina para Santa Catarina, mas toda a soja do Rio Grande do Sul vai vir para o porto de Imbituba porque são 250 quilômetros mais perto e teremos o retorno da cerâmica vermelha.

Essa é uma obra importante e eu queria fazer um apelo à senadora para que marcasse uma audiência com o Ministro para que a nossa equipe daqui (eu, o Décio Góes e outros deputados) possamos buscar, de fato e de direito, essa licitação que eles ainda não deram para nós.

Nós temos outra obra importante e eu queria pedir que todos ajudassem para que nós realizássemos. A SC Parceria terá uma dificuldade e tem um pedido para que reconsiderasse a licença ambiental. Essa obra liga o Rio Grande do Sul, a estrada do mar a Santa Catarina, principalmente a primeira etapa até Laguna. Vocês sabem o que é botar a estrada do mar aqui dentro de Laguna e depois em Garopaba.

Então é preciso essa obra sair do papel e partir para a prática. Nós botamos no orçamento. Eu, como líder da bancada do governo, tenho a obrigação de colocar no orçamento, mas vamos precisar evidentemente da senadora, de parcerias do governo federal, de parcerias de empresas para que possamos realizar essas obras.

Eu queria dizer aos empresários que na questão das ferrovias podem contar conosco, porque iremos estar juntos em tantas obras de infra-estrutura.

A obra do porto de Laguna é importante, pois é um dos maiores portos pesqueiros da região, um porto turístico, porque em Imbituba tem que ser investido para termos o maior porto de Santa Catarina. Está precisando ainda de muito investimento.

Acho que hoje é um dia importante. Eu lamento profundamente, mas tenho uma audiência marcada para as 15h e sou obrigado a ir. Para Juiz não se pede justiça, se vai.

Então queria pedir licença para sair, mas podem ter certeza que, no que for levantado aqui nesta audiência pública, podem contar conosco. Estaremos juntos. A nossa região não pode viver naquela ilusão, sendo a segunda mais pobre de Santa Catarina. Está na hora da nossa região ser respeitada. Eu tenho certeza que hoje vai ser colhido o fruto e que nós possamos trabalhar para buscar esse resultado.

Um abraço minha gente, muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (deputado Reno Caramori) - Obrigado Mota.

Nós recebemos um ofício através do nosso empresário Bortoluzzi que nos foi encaminhado e que passarei a ler para que fique registrado.

(Passa a ler)

"Ofício nº 001/2008

Excelentíssimo senhor

Deputado Reno Caramori

Presidente da Comissão de Transportes da Assembléia

Legislativa

Prezado senhor deputado,

Cumprimentando-o, e na qualidade de vice-presidente Regional Litoral Sul da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina, FIESC, venho consignar integral apoio ao Projeto Aeroporto Regional Sul, elencado como uma das principais prioridades desta entidade, e que permitirá o desenvolvimento socioeconômico da Região Sul deste Estado.

Permanecendo ao inteiro dispor, aproveito o ensejo para ratificar sinceros protestos de elevada consideração e apreço.

Cordialmente,

(a) Alfredo Piotrovski"

Obrigado, Bortoluzzi. Está registrado o apoio da nossa Fiesc.

Passaremos a palavra para a nossa senadora Ideli Salvatti.

A SRA. SENADORA IDELI SALVATTI (SC) - Boa-tarde a cada um e a cada uma aqui presente.

Quero cumprimentar com muito carinho o Reno, o Mota e o Décio, com quem eu tive a oportunidade - menos com o Décio - de conviver no meu mandato de deputada; o nosso querido Célio que nos acolhe tão bem aqui; o Candemil que está representando o nosso governador; e, com muito carinho e apreço, o João José que tem sido um "parceiraço" (e todos que têm tido a oportunidade de conviver sabe o jeito tranquilo que ele tem de encaminhar as coisas e, apesar da tranquilidade, sempre com muita celeridade em todos os pleitos); todas as demais autoridades que já foram nominadas; os representantes empresariais; os prefeitos de outros municípios; vereadores; e vereadoras.

Essa discussão que estamos fazendo hoje aqui é uma continuidade de um trabalho de parceria que nós temos buscado fazer com a Assembleia Legislativa desde que identificamos que determinadas questões do desenvolvimento precisam ter sinergia entre aquilo que o governo federal está tendo condição de realizar.

Eu me dedico muito a defender por convicção o governo Lula lá no Senado da República, e nós estamos tendo condições de fazer. Foram criadas as condições para fazer. Portanto, nós não temos o direito de desperdiçar as condições dadas para o desenvolvimento e temos que trabalhar em conjunto com o governo do Estado, com os governos municipais, com as entidades da sociedade civil, empresarial, comunitária para aproveitarmos o bom momento.

Eu sempre costumo resgatar o seguinte: Santa Catarina é um Estado muito, muito diferenciado de todos os outros. Não existe outro Estado no Brasil cuja capital não é a maior cidade. Santa Catarina é o único Estado que a maior cidade não é a capital. Nós não temos nenhum município acima de 500 mil habitantes. A realidade de cada uma das regiões tem um motor próprio, tem uma matriz econômica cultural e social própria. Uma não compete com a outra. Portanto, essa característica de desenvolvimento, independente de região para região, é que faz com que Santa Catarina seja único em termos de distribuição de população, de renda, de oportunidades. Então, se a gente quiser valorizar e fazer com que Santa Catarina continue nos orgulhando, nós temos que apostar nessa potencialidade, nesse diferencial que o Estado tem. Assim, em cada região tem que ter uma prioridade, tem que ter a sua necessidade específica. A gente tem buscado trabalhar dessa forma e acho que temos sido extremamente bem sucedidos.

Aconteceu algo durante um determinado período que teve um grande risco de desvirtuar essa verdadeira riqueza de diversidade que tem o nosso Estado.

Porque quando você aporta investimentos, quando você faz uma duplicação do trecho norte da BR-101, quando você tem os principais aeroportos nessa região de Florianópolis, Navegantes e Joinville, quando você tem os principais portos nessa região de Itajaí e São Francisco, quando você tem a infra-estrutura educacional de peso, como a Universidade Federal, a Universidade do Estado também nessa mesma região, o que acontece? O investimento, o dinheiro vai atrás de onde há infra-estrutura, vai atrás de onde tem condições de se multiplicar com mais rapidez. Então, é claro que, quando você tem um aporte de investimentos dessa magnitude, você direciona. E não é à toa que a maior parte do PIB de Santa Catarina está, apesar de toda a nossa diversidade e de todo o fortalecimento de todas as regiões do Estado, centrado naquilo que eu chamo de triângulo das bermudas (Florianópolis, Joinville e Blumenau). Então, para nós é muito importante.

Nós fizemos esse debate no governo federal sobre a necessidade de invertermos, de termos aporte de recursos para a região sul e foi isso que se constituiu, que a gente vem trabalhando. A duplicação da BR-101 entrou nessa lógica; quando o Boeira apresentou a emenda da interiorização da universidade ela foi de fundamental importância, pois estamos aí construindo o *campus* da Universidade, os pólos; a questão dos portos de Laguna e Imbituba. E temos, ainda, algumas coisas para acelerar aqui no sul do Estado, como o andamento da questão do aeroporto aqui de Jaguaruna.

Mas eu queria dizer para vocês que aquilo que o Mota falou, eu acho que tem que ser o nosso próximo passo, porque quando a gente não foca e não prioriza, a gente sai querendo fazer tudo ao mesmo tempo e não dá conta de fazer bem feito.

Então, eu acho que está bem encaminhada a BR-101, está bem encaminhado o Porto de Imbituba, e temos que continuar trabalhando. A prioridade, neste momento, é resolver a questão do aeroporto da região sul. Então, se é para jogar peso para que seja o de Jaguaruna, temos que estar convencidos de sairmos trabalhando para isso. E para podermos consolidar a duplicação da BR-101, a questão dos nossos portos... O porto de Laguna tem uma característica muito específica por ser porto pesqueiro. O porto de desenvolvimento da região como um todo é o de Imbituba. O de Imbituba é equivalente ao de Itajaí e São Francisco aqui para a região sul. Então, nós temos que trabalhar nessa perspectiva.

Eu queria sair daqui com um planejamento muito claro de consolidar essas três questões: aquilo que já está bem adiantado que é a BR-101; o porto de Imbituba, que temos algumas questões para poder dar mais potencialidade ao porto; e neste ano a nossa meta é o aeroporto de Jaguaruna, ou se não é o de Jaguaruna, e eu tenho o entendimento de que ele é o que tem maior potencialidade de ser regional, para poder, de uma vez por todas, equacionar a infra-estrutura rodoviária, portuária e aeroportuária para a região sul.

Quero dizer que ao consolidar isso este ano, com os passos todos que precisamos dar, temos que resolver, pois vai estar resolvido tudo no sentido norte/sul, mas vamos precisar resolver a ligação do sul com o interior de Santa Catarina. E daí, a 285 passa a ser, eu não tenho nenhuma dúvida, a nossa grande tarefa para a gente centrar fogo. Não que a gente não possa fazer algumas coisas, mas eu tenho o entendimento de que a 285 tem que ser um foco mais centrado para o ano que vem. Dar alguns encaminhamentos necessários, neste ano, sim, mas, a gente, depois de equacionar bem corretamente o porto e o aeroporto, poder focar a 285, até porque, na discussão da manhã, demos um andamento, sob a ótica turística, mas que não é meramente turística, que é a ligação da serra gaúcha com a serra catarinense, a rodovia que vai subir ali por São José dos Ausentes e vai chegar até Bom Jardim.

Portanto, nós passaremos a ter uma alternativa de descida pela Serra do Rio do Rastro enquanto a gente não equaciona a 285, certo? Se a gente der conta de agilizar, como tem perspectiva de agilizar, para que com essa ligação da serra gaúcha com a serra catarinense a gente possa trabalhar para a sua conclusão para o ano que vem, iniciando este ano e terminando no ano que vem, porque é algo em torno de 35 quilômetros aqui no território catarinense e um pouco mais no território gaúcho.

Eu queria dizer que tem algo em andamento que tem tudo a ver conosco e que vamos precisar estar muito atentos, pois vai potencializar toda essa questão, porque precisamos pegar o norte do Rio Grande do Sul para nós. Tem grande possibilidade de pegar os dois milhões de turistas que vão a Gramado e Canela e trazer aqui para a serra e para o litoral sul e tem a condição de trazer a produção do norte do Rio Grande do Sul, a produção industrial da região de Caxias.

Então, temos que estar voltados para este grande potencial que tem de poder canalizar isso para a região sul do nosso Estado. Por isso tem uma outra questão que é de fundamental importância, que depois o João José vai poder dar alguns detalhes, que é a ferrovia litorânea, que vai ligar os três portos catarinenses (São Francisco, Itajaí e Imbituba).

Portanto, a partir do momento em que a gente conseguir juntar esse potencial do norte da área industrial do Rio Grande do Sul com o que tem de potencial na serra e no sul, se nós estivermos integrados, ou seja, a mercadoria chegando aqui e podendo ser despachada pelo porto de Imbituba, de Itajaí, ou de São Francisco, vai dar uma potencialidade ainda maior.

Nós temos que colocar no nosso horizonte, em médio prazo, essa perspectiva também da ferrovia litorânea que está colocada aí.

Por último, eu queria colocar que nós temos uma discussão em andamento, inclusive eu presido a Frente Parlamentar do Carvão, e tivemos uma excelente reunião com o ministro das Minas e Energias, agora na semana passada, quinta-feira, e está bem sinalizado, o pessoal da Usitec está trabalhando a perspectiva de ter a usina e, além dessa perspectiva, nós temos uma discussão com a Petrobras, o estudo tecnológico já está concluído pela viabilidade e a Petrobras agora está sinalizando fazer o estudo econômico para que a gente possa ter a produção de *diesel* prêmio, que é o *diesel* sem enxofre, a partir do carvão aqui na nossa bacia carbonífera, entre Santa Catarina e o Rio Grande do Sul.

Então, na área de energia, que é uma questão de infra-estrutura importante, nós também estamos trabalhando nesta lógica.

Com relação ao aeroporto aqui de Jaguaruna, eu queria prestar os seguintes esclarecimentos: nós fizemos uma audiência que o deputado Reno comandou lá na Assembleia Legislativa para tratar dos dois aeroportos regionais, de Jaguaruna e de Correia Pinto, que estão na mesma situação. Os dois têm lindas pistas, mas não têm acesso nem terminal de carga e passageiros.

Então, nós assumimos um compromisso público - eu, em nome dos encaminhamentos junto ao governo federal, e o secretário Mauro Mariani, em nome do governo do Estado - de que governo federal assumiria os acessos dos dois aeroportos e o governo do Estado agilizaria o terminal de carga e passageiro. Até porque, não adianta fazer o acesso e a gente ter dois lindos elefantes brancos: uma bela pista, um belo acesso, mas um aeroporto sem terminal de carga e de passageiro que não funciona. Então, as tratativas e as obras tinham que andar paradas para a gente poder ter a possibilidade dos aeroportos.

Eu quero prestar contas do compromisso que assumi: primeiro, os dois acessos. O governo federal só pode fazer a obra se estiver incluída no Plano Nacional de Viação, porque o governo federal só pode fazer obra em estrada federal. Então, nós já tomamos a iniciativa e apresentamos um projeto em dezembro, para que os dois acessos fossem incluídos no Plano Nacional de Viação. Foi aprovado por unanimidade no senado e nesta semana será encaminhado à Câmara.

Como conseguimos aprovar em um mês de trabalho legislativo - entrou na última semana de dezembro e na terceira semana de trabalho nós já conseguimos aprovar - queremos fazer a mesma coisa na Câmara.

Portanto, incluída no Plano Nacional de Viação o DNIT já tem autorização legal para fazer a obra.

Como senadora, tenho direito a uma emenda coletiva da bancada, e a emenda que priorizei este ano foi exatamente a do aeroporto de Jaguaruna. Já está no relatório final R\$ 15 milhões, mais do que o suficiente para fazer a obra, pois há uma previsão de ser R\$ 13 milhões ou R\$ 14 milhões.

Portanto, estará no Orçamento de 2008 os R\$ 15 milhões para fazer a obra do aeroporto de Jaguaruna. (Palmas.)

E a mesma coisa com o acesso de Correia Pinto. Como é uma obra menor, um trecho menor, fiz como emenda individual. A gente colocou recurso também para o acesso ao aeroporto de Correia Pinto. (Palmas.)

Agora, o que nós precisamos é que a parte de terminal de carga e passageiro ande no mesmo ritmo.

E uma obra menor, no caso o acesso é R\$ 15 milhões e pelas informações que a gente tem o terminal deve custar em torno de R\$ 5 milhões ou R\$ 6 milhões; é isso que nos foi informado. Mas precisa andar, precisa ter o projeto, precisa ter a licitação e a obra precisa andar para quando a gente inaugurar o acesso, poder inaugurar também o terminal, e botar o aeroporto para funcionar.

Mais ou menos eram essas três informações, peço desculpas por me alongar um pouco, mas acho que eram informações importantes para compartilhar com todos os participantes da audiência. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Reno Caramori) - Obrigado, senadora.

Eu havia combinado com o nosso prefeito e o nobre representante do governador que eles fariam por último, depois das apresentações técnicas, mas o prefeito está com problema de horário e, como solicitou, concedo a palavra ao Prefeito de Laguna, Célio Antônio.

O SR. PREFEITO CÉLIO ANTÔNIO (Laguna/SC) - Eu queria desejar uma boa-tarde a todos.

Eu participei da audiência pela manhã, deputado Reno, convocada pela Comissão de Turismo e queria agradecer a escolha da cidade de Laguna para fazer, também, este debate sobre a infra-estrutura no sul, que é uma coisa muito importante.

Eu queria cumprimentar o deputado Décio Góes (infelizmente, o deputado Manoel Mota já saiu); a senadora Ideli; o nosso secretário de Desenvolvimento Regional Mauro Candemil; o João José, representando o DNIT; e todas as lideranças; prefeitos; vereadores; a classe empresarial de Laguna, Tubarão e Imbituba que vêm a esta audiência pública discutir infra-estrutura.

Eu não queria sair da audiência porque vou voltar, mas pode ser que perca parte do debate que acho importante.

Nas discussões internas do município de Laguna, apesar de alguns dos grandes debates da região, temos ficado fora dele, em grande parte inclusive.

As vezes, as coisas são encaminhadas de forma divergente, o entendimento de uma comunidade é diferente da outra. Foi o caso do Aeroporto Regional de Jaguaruna que, naquele momento que estava se discutindo, a cidade entendia que tínhamos um aeroporto, que já tinha terras, que tinha condições para fazer o encaminhamento.

Hoje a visão é um pouco diferente. Nós temos encaminhado um debate de que a importância do aeroporto regional é fundamental para região. Nós estamos dando todo o apoio necessário para que essa obra saia com um processo de desenvolvimento muito forte.

No passado, tínhamos a visão de que Laguna fora preterida por Imbituba na construção de um porto. Hoje, temos uma visão um pouco diferente. É fundamental a estruturação do porto de Imbituba para a região sul.

Não só o porto de Imbituba, mas como a ZPE, que está sendo regulamentado pelo governo federal e que o governo do Estado, por sua responsabilidade, tem que dar atenção política a essa ação. Atenção política! Porque toda a atenção está sendo dada a esse processo de Zona de Processamento de Exportação.

Eu tenho visto senadora do Amazonas reclamando, não é deputado, senadora Ideli, secretários, reclamando, como já vi, porque (ininteligível) dada à logística da industrialização brasileira.

Eu acho que nós da região sul também não estamos debatendo isso com muita atenção. É necessário dar apoio à ZPE de Imbituba da forma como ela está se construindo agora, no Brasil, com esse debate muito forte.

Quer dizer, aquela ponta que interliga a possibilidade inclusive das indústrias que se estabeleceram aqui na nossa região de exportar, porque é uma zona de processamento de exportação.

Então aí há necessidade de ação da prefeitura municipal de logística portuária e ferroviária, porque essa interligação, senadora Ideli, é a possibilidade de vir para cá mais indústrias. Fazer infra-estrutura para quê? Para grandes indústrias! Para a pequena indústria o modal rodoviário já atende a demanda com a duplicação da BR-101.

Agora, a grande indústria, aquela que está selando um local onde o porto de Santa Catarina é maior que é na região norte, virá para cá com o despertar da nossa classe política da região e da classe empresarial de que é necessário ter infra-estrutura.

A infra-estrutura do modal ferroviário e portuário é uma coisa lógica.

O porto de Laguna não está parado só nesta questão da pesca. É uma verdade isso. Eu quero rediscutir esse tema. O porto de Laguna precisa pensar também para uma outra logística que estamos discutindo na região que é o transporte de carvão, também, para abastecimento da termoeletrica Jorge Lacerda, que tem pautas de discussão no modelo portuário porque é muito mais barato fazer dragagem do que construir em outra área que temos. Tudo é possível, em questão de portos e aeroportos e temos alternativas para o futuro.

A Secretaria da Pesca, com a capacidade portuária do nosso município para a pesca é propenso (ininteligível) na região do Itajaí, que hoje há um conflito muito forte entre pesca e cabotagem.

Então, acho que o cenário é positivo para a nossa região. É claro que eu concordo com a senadora que faltam muitos esforços para acabar o aeroporto de Forquilha, que está inacabado, não tem mais jeito. Se tivesse jeito, cadê a classe política e empresarial? Então, acho que alguns fatos mesmo têm que ser direcionados aqui para o aeroporto de Jaguaruna, porque é necessário fazer a pavimentação do nosso aeroporto. Mas esse aeroporto está preparado para isso, para ser base de apoio do aeroporto internacional de Florianópolis.

Queria cumprimentar primeiro pela alternativa, porque sempre é uma alternativa discutir desenvolvimento, porque a classe política que fala do movimento para discutir está pensando no longo prazo de uma região. Eu acho que a felicidade da Comissão de Transportes, pelo deputado Reno, a pedido do deputado Décio, é a participação. Ainda tem o seguinte: nós temos que ter senador, porque tem região que tem senador para uma cidade só. Eu quero fazer críticas, porque eu não vejo no momento político de Santa Catarina. Senador é para isso, para fazer a interlocução social, para fazer o papel daquelas que tem poder político, e nós temos a senadora Ideli para fazer isso por nós.

Quero agradecer e volto já para concluir o debate. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Reno Caramori) - Concedo a palavra ao senhor João José para fazer uma exposição.

O SR. JOÃO JOSÉ DOS SANTOS - Deputado Reno, presidente desta mesa e deputado Décio Góes, queria agradecer a oportunidade de estarmos aqui, mais uma vez, numa sessão também praticamente da Assembleia Legislativa. Por várias vezes já estivemos na Assembleia, e assim prezando mais com esse trabalho de interiorização de uma audiência pública desse tipo.

Queria agradecer ao deputado Mota, que já saiu; ao nosso prefeito anfitrião, Célio Antônio; ao senhor secretário regional, senhor Candemil; à senadora Ideli, que tem nos acompanhado nesta tarefa no DNIT e cobrado muito, senadora, mas não posso reclamar, porque recurso financeiro nunca faltou às nossas obras. Então, nós é que temos cada vez mais que trabalhar, porque isso não tem sido problema.

Também quero saudar os prefeitos presentes aqui, demais vereadores, o presidente da Câmara de Laguna, demais autoridades presentes, e dizer que é importante estarem aqui para que a gente possa falar um pouquinho sobre a infra-estrutura de Santa Catarina; deputado Jorge Boeira, que acompanhou muito o início da duplicação, e está acompanhando ainda, com certeza; também os colegas do porto de Imbituba; o Walter, do porto de Laguna, o qual deu uma entrevista lá do porto.

Vou tentar falar um pouquinho em nome do nosso colega Aparício, que já está bem, recuperado, pois ontem não conseguiu chegar até aqui para estar conosco, mas em breve estará.

Vou falar um pouquinho da infra-estrutura no Brasil e na nossa santa, bela e chuvosa Santa Catarina. Para o pessoal que está percorrendo a BR está sendo difícil, pois estamos trabalhando, e não é aquela agilidade, mas vamos manter as metas.

(Procede-se à apresentação de imagens.)

Aí um período que ele coloca, em nível nacional, os problemas da infra-estrutura no Brasil, todos os problemas que enfrentaram em décadas. Na realidade, temos uma malha viária, em Santa Catarina, dos anos 1970, aproximadamente, porque crescemos e queremos acompanhar a infra-estrutura. Esse é o grande desafio do governo Lula. Então, esse prognóstico é o que foi colocado para as rodovias, principalmente aqui a capacidade de rodovias em regiões desenvolvidas, que é de Santa Catarina, que foi emancipada.

Queria saudar também a administração da Teresa Cristina, o Sérgio que está aqui, e o pessoal que vai me ajudar na discussão de ferrovias.

Temos as dificuldades necessárias para dar suporte e desenvolvimento no modo ferroviário e, principalmente, aqui a questão da falta de contornos em áreas urbanas, que é o que estamos tratando, também aqui em Tubarão, mas principalmente em Jaraguá, em Joinville e em São Francisco do Sul. E no modo aquaviário pela defasagem que nós temos dos portos, hidrovias, canais ao longo de anos...

Além disso, a matriz de transportes é desbalanceada no Brasil, considerando as nossas dimensões. Então, temos ali 58% pelo modal rodoviário; 25%, no ferroviário; e 10% que é o modal aquaviário, além dos outros aeroportos e tudo mais.

Então, isso fez ver, ao Brasil, a necessidade do aumento expressivo de recursos para a questão da infra-estrutura. Aqui nós vemos o avanço do Orçamento Geral da União, desde 1995, inferior a um milhão de reais, para agora, em 2007, praticamente nove milhões de reais. Foi até mais um pouquinho, depois houve alguns adendos a esse quadro.

E aí é toda a aplicação que a gente sempre sonhou e que foi muito cobrada no governo Lula, porque a Cide hoje praticamente não atende a necessidade que temos, apesar de toda a sua aplicação. São sessenta milhões por ano da Cide para os acessos rodoviários e tudo mais. Mas só não conseguimos fazer tudo aquilo que nós queremos, e sabemos disso, pela falta de infra-estrutura no País.

No orçamento deste ano, com certeza, deverá passar de dez milhões de reais para o segmento da infra-estrutura só do DNIT, só esses aqui apresentados.

Com essa defasagem toda seguimos no Plano Nacional de Logística de Transportes, que está planejado de 2008 a 2023, a legalização do setor do transporte para que a gente possa desenvolver com planejamento tudo o que for necessário na área de infra-estrutura e logística deste país. Esse é apenas o pleito. É necessária a retomada do processo de planejamento com dados científicos na área de transportes.

A organização que é do Governo Federal, incluindo o Ministério da Defesa, dos Transportes, a Secretaria Executiva, o Exército brasileiro e todos os órgãos de planejamento do País na área de infra-estrutura, através do DNIT, no citado planejamento.

Desse planejamento do PNLT, em longo prazo, surgem as primeiras incertezas, que é o PAC - Programa de Aceleração do Crescimento - que permite, então, superar os limites estruturais, ampliar a cobertura da infra-estrutura dos transportes e, principalmente, aqui para nós, o aumento da eficiência coletiva em áreas consolidadas. Lá nós passamos à ausência da infra-estrutura nessas regiões desenvolvidas, que é o nosso caso. E aqui, então, buscamos soluções para aumentarmos na infra-estrutura (estou falando do PAC só) que é o aumento da eficiência coletiva em áreas consolidadas, além de outras questões também.

Esse é o primeiro orçamento do PAC que são 34 bilhões, contando com 17 bilhões do financiamento público.

Tem um quadro geral das obras de todo o País, mas nós vamos priorizar evidentemente as obras de Santa Catarina que são as oito obras, que estão dentro do PAC. Essa é a relação que depois nós vamos aprofundar um pouco mais.

Pensando em Santa Catarina, depois dessa análise geral, vamos chegar àquilo que estamos executando, evidentemente através de todas as unidades locais, e o Alvanir se responsabiliza pela unidade local de Tubarão, mas são oito unidades contando São José, além das sete do DNIT, em Santa Catarina. O DNIT passa por uma reestruturação. Ele foi criado em 2001 sem estrutura e hoje, Senadora, estamos buscando o plano de carreira dos servidores, a ampliação do quadro através de concurso público para que ele consiga cumprir com a sua missão institucional: a nossa malha viária em Santa Catarina.

Investimentos nesses 2.300 quilômetros. Foram recuperados mais 1.500 quilômetros, com certeza, de pista e acostamento. Tem diagnóstico de 2003 que é em torno de 1.700 muito complexas, muito deterioradas. A BR-101 sul é um caso que ainda é pista antiga que nós utilizamos. A melhoria e ampliação da malha viária federal, através de projetos, nós vamos detalhar mais, com acessos, viadutos, passagens inferiores e reservas do parque.

Então aqui temos a aplicação da manutenção, eu já falei, na situação encontrada e aqui temos os resultados que vamos apresentar a seguir.

Aqui, um planejamento do DNIT porque é muito difícil você implantar uma solução para a rodovia de imediato. Então você encontra uma malha degradada, você não tem recursos financeiros para fazer a restauração de toda a malha.

Portanto você inicialmente teve que partir para operações emergenciais que são aquelas operações tapa-buracos, de drenagem e tudo mais para depois chegar na fase que nós estamos, tirando a 101 sul que já é duplicação, que é o PIR 4, que significa uma intervenção com a durabilidade de aproximadamente quatro anos que são capas asfálticas em torno de 5 a 7 cm de espessura sem fazer um reforço de toda a base que muitas vezes é necessária. O governo federal já está lançando todos os editais para o Crema, aí sim, será um processo de restauração completa da malha viária federal.

Todas as rodovias em Santa Catarina passarão por esse Crema. Agora têm alguns projetos sendo lançados a partir do segundo semestre para que em 2009 se possa, então, começar esses contratos que vão buscar com o controle de carga, que é imprescindível, para conseguirmos essa durabilidade em torno de 10 anos e investimento médio por quilômetro de R\$ 420 mil.

Esse é o projeto do DNIT para esses oito anos do governo Lula. Com uma recuperação ampliou-se a recuperação e agora parte para a restauração programada. Todo planejamento está sendo executado pelo governo federal.

Aqui, um relato aproximado de recursos na área de conservação e restauração. São recursos muito expressivos que Santa Catarina tem recebido, eu diria até que inéditos por aquilo que a gente tem.

Deputado Reno, atendendo a sua solicitação, estamos fazendo um levantamento e daqui a 30 dias podemos apresentar também a questão do controle de todos os recursos, até com centavos, se for o caso, para que fique bem claro que os recursos seguramente vão passar de R\$ 1,5 bilhão em Santa Catarina. Provavelmente só o orçamento deste ano vai chegar a R\$ 1 bilhão para dar vazão às obras que nós temos em execução.

Rapidamente aqui, um pouco de cada rodovia. O foco maior aqui é a 101 sul, que tem muitas pernas. Essa apresentação vai ficar à disposição para quem quiser ampliar, mas com certeza, todas as rodovias de Santa Catarina, de conservação e restauração, construção e projeto, receberam os recursos nesse projeto de recuperação de toda a malha viária. A 282 na área de construção e recuperação de pontes (*ininteligível*).

Também tem o Programa Pro Sinal. Às vezes nós, do DNIT, sofremos um pouco com a questão das obras. Amanhã estaremos lá, deputado Reno... Uma obra na ponte, que é emergencial e necessária, provoca filas. Apanhamos um pouco, mas faz parte do trabalho.

No oeste também temos um problema e já estamos resolvendo. Lá a 150, a 162 e a 282, com certeza, até julho estarão todas recuperadas. E a 282, no segmento de Alfredo Wagner, Rancho Queimado e até Lages, com certeza, até setembro deve estar toda recuperada, assim como a 101 norte foi, a 116, a 470 também nessa área de recuperação e de sinalização que são os recursos que a gente está demonstrando.

São vários projetos e também já estamos para licitar o projeto da quadruplicação da Via Expressa - que é o nosso acesso a Florianópolis - e espero que em março, abril, com as mudanças dos editais que o DNIT empreendeu, a gente já possa licitá-la. Temos outro projeto na BR-163, já está em execução dentro do PAC a 280, temos a 470 que estão estudando a parte ambiental e a viabilidade técnico-econômica e em abril já deverá começar o projeto.

O projeto aconteceu mesmo, a gente sempre mostra até por ser de Florianópolis também, mas é um projeto que o DNIT elaborou e entregou ao governo do Estado que agora está buscando os recursos da execução da obra. É um projeto que permite, se for colocado em prática, a recuperação total da ponte Hercílio Luz, como mais essa forma de acesso a Florianópolis.

Na área da construção também são várias obras de intercessões, de viadutos, passarelas, travessias urbanas. Aqui na BR-101 tem alguns viadutos terminados, na 470 estamos fazendo um viaduto à Mafisa, o viaduto de Balneário Camboriú, bem como outras obras na Grande Florianópolis também. Aqui o Lote 21A, a BR-470.

É bom sempre citar a BR-282, que foi objeto de várias sessões na Assembléia Legislativa e hoje é uma realidade. A ligação Lages/Cerrito/Campos Novos/Vargem está praticamente concluída. Creio que até julho ou agosto nós já podemos entregar essa obra ao tráfego; a ligação com a Argentina, que vai permitir o corredor bioceânico, ligando São Miguel do Oeste à ponte do rio Peperiguaçu, na divisa com a Argentina - depois, quando a Argentina fizer o seu lado também, serão mais quarenta quilômetros e teremos o corredor bioceânico tão esperado. Então, a 282 lá também é uma realidade; alguns arriscam que a obra estará concluída no final deste ano, mas em meados do ano que vem a gente deve estar concluindo.

A 470, uma rápida passagem, detalhando as obras do PAC, rapidamente. Aqui estão elas: na 280, resultados, segundo apelação de projeto executivo, o Estado, o EIA/Rima, parques ambientais. Expectativa de terminarmos até julho o projeto para, no segundo semestre, partirmos possivelmente para a licitação da duplicação da 280. Esta é a meta do PAC.

A BR-470, o EIA/Rima e o GTE, em andamento o processo licitatório. Houve um problema na área da biologia, mas a senadora ajudou, o pessoal lá já conseguiu, a área de licitações também já resolveu esse problema e o desafio é que até 30 de abril nós podemos estar contratando o projeto executivo. Eu acho que a gente não consegue, mas no primeiro semestre, com certeza, a idéia é estar com o projeto da 470 em andamento.

Da 282 já falei, então não preciso repetir, mas o prazo para seu término é até setembro de 2008. A parte entre São Miguel e Argentina iniciou agora, mas com certeza até meados do ano que vem estará pronta também.

A via expressa do porto de Itajaí também é do PAC, uma obra em convênio com Itajaí, e o município está fazendo a revisão do projeto para que a gente possa concluir a primeira etapa. O desafio da Prefeitura é entregar o projeto da segunda etapa até abril, para que esta segunda etapa seja iniciada ainda neste ano e seu término se dê até 2009.

Contorno ferroviário de Joinville. É uma obra cujo contrato já assinamos e estamos só resolvendo as questões ambientais e de desapropriação para que a gente, talvez ainda em sessenta dias, inicie a obra. Quanto ao de São Francisco, a expectativa é iniciar agora: não no dia 1º de abril, que é uma data feia, mas no dia 2 de abril - para a gente não mentir, para que a gente recomece ali a obra de São Francisco.

A 101 sul, foi apresentada aqui várias vezes. Isso é um resumo da obra na região, num total de 248,5 km, com todos os problemas ambientais também, com todas as obras de arte com a perspectiva de término programada, desde o início da obra, para dezembro de 2008. Se não conseguirmos, acho que vamos chegar bem perto. Não é, Alvanir? (*Ri.*) A equipe toda está aqui. Mas é que, na realidade, a gente sabe que teve...

(*A senadora Ideli Salvatti manifesta-se fora do microfone: "Com exceção daquelas três obras."*)

Não, não, aí não! Veja bem, isso aí a gente até separa depois para lhe passar, esses três segmentos que não puderam ser contratados. Por quê? Porque não havia ainda o EIA/Rima, não havia definição do que fazer.

Depois nós vamos apresentar, durante um minutinho só, o filmezinho aqui da ponte, mas a travessia de Cabeçadas, que é a ponte, a nova ponte que nós vamos apresentar aqui, rapidamente, e o túnel do Morro do Formigão, todos esses dois projetos estão no PAC, para terminarem até julho deste ano. E vão terminar: o projeto básico da ponte já está concluído, nós estamos vendo agora, em Brasília, a aprovação dele e talvez até a... se para o projeto básico ou não, é uma decisão lá que a nossa área está vendo, mas a meta é julho de 2008. Para que no segundo semestre possa ser realidade a licitação, até o final do ano, vamos colocar assim, mas a meta é essa. Licitar a obra da ponte e a obra do túnel do Formigão. E quanto aos dois túneis - que vão ser dois túneis no Morro dos Cavalos, em Palhoça -, talvez hoje deva estar sendo aberta a segunda etapa da licitação do projeto. Mas a meta é até abril estar começando o projeto.

Então, aí os três gargalos que nós temos, vamos tentar cumprir a meta de 2010. Aí é o total da obra. Agora, para 2008, é evidente que talvez nós não consigamos terminar os 100%, mas boa parte da obra, talvez 70 ou 80% para concluir, até porque o que não terminamos foi devido a alterações em benefício da comunidade. Eu citaria o contorno de Araranguá, que não vai ser mais sobre o aterro, vai ser sobre o elevado, que era o sonho da comunidade, então é uma conquista também, e nós fizemos toda a parceria com o Tribunal de Contas da União para essa análise. Também o túnel no Morro Agudo, em Paulo Lopes (obra que havia possibilidade de mudança para uma variante) já está em execução... e talvez alguma obra de arte, alguma outra, alguma passarela, alguma rua lateral, mas com certeza nós vamos ter um verão mais tranquilo, que é o que nós esperamos. Para não sofrer tanto com o Décio ligando: "Tem um buraco aqui e ali". Essa história do buraco a gente está tentando ver se antecipa a restauração da pista antiga, porque está prevista para o segundo semestre, principalmente em Palhoça e em Paulo Lopes, que é um trecho muito complicado, com a pista já toda deteriorada, a gente está tentando, agora em abril ou maio, começar essa restauração, porque a gente se livrando dos buracos, com certeza, vai ter mais tranquilidade para trabalhar, senão vai apanhar bastante. Mas acho que o pessoal também já conhece cada lote de obra. Todos os nossos lotes e mais cinco de obras de arte, além das supervisões que são três lotes.

Travessia da lagoa de Cabeçadas. Aqui está a apresentação depois que eu finalizei (*aponta para a imagem*). Mas é mais ou menos a ponte. É uma ponte com uma conotação muito bonita e acho que vai ser realmente um cartão postal para ajudar. Nem precisa porque Laguna e região já é um cartão postal, mas acho que ela vai ajudar também. Totalmente independente, pelo lado esquerdo da atual no sentido norte-sul, sem comprometer ninguém da comunidade, ela sairá limpa na Lagoa. Vai ser uma ponte totalmente duplicada. São 2.825 metros de comprimento, somados os viadutos. Então é uma grande obra, uma grande ponte. A gente espera estar com a meta de 2010 para concluir. Aqui é onde ela vai passar. Existe hoje essa ponte aqui, no final dos anos e, aí sim, nós vamos poder deixar os pescadores pescarem tranquilos na antiga, porque não vai mais ter problema de trânsito, vai ficar um trânsito mais local. Com certeza o tráfego lá vai passar pela ponte nova. Então vai ter mais um acesso para Laguna.

Aqui é um projeto de educação no trânsito em escolas públicas em que fomos premiados recentemente. E quando a gente fala em acidente tem que lembrar da imprudência, da educação no trânsito, do álcool, do excesso de velocidade e tudo mais. Esse é um programa que a gente está fazendo, muito bom, com as escolas públicas e queremos ampliar. Vamos tomar algumas providências para ampliar esse programa.

Ferrovias. Então temos o pessoal da Teresa Cristina, que é do setor privado, mas pode colocar alguma coisa aqui. O porquê das ferrovias serve para o País inteiro. Estruturação dos (*ininteligível*) do corredor de transporte, intervenções pontuais, melhorar a qualidade da vida das populações e, principalmente, o desenho para essas ferrovias, porque temos em Santa Catarina várias ferrovias privatizadas pela América Latina Logística e aqui a Teresa Cristina, apenas no sul. Essas são as duas que nós temos. A idéia agora é ampliar esse número de ferrovias para reduzir o custo Brasil.

Aqui temos o projeto da ferrovia litorânea sul. Nesse projeto tem uma descrição aproximada que vai ligar à Teresa Cristina, a ferrovia existente, e vai de Imbituba ao norte do Estado, até Araquari. Esse projeto, senadora, acabou de ir para a nossa assessoria de licitação. Então a expectativa é que o projeto executivo da ferrovia litorânea... É claro que a senhora vai cobrar mais ainda lá, mas acho que em um mês, mais ou menos, deve estar na rua o edital para contratação das empresas interessadas em desenvolver o projeto da ferrovia litorânea sul, que é uma conquista. Evidentemente que a obra é uma discussão que provavelmente haverá a partir do ano que vem, não sei se é só com recursos públicos, mas com certeza o projeto é contribuição necessária, pois sem projeto não se vai fazer a obra, então esse projeto aqui deverá entrar em licitação no mês de abril para que se comece ainda neste ano a liberação do projeto final de engenharia.

No licenciamento não há mais nenhum problema, não há dificuldade. Esse é um relatório de Brasília. Aqui coloca que o projeto será encaminhado no dia 3, que foi agora. Elaboração - o pessoal ali é ousado - com previsão para agosto de 2008! Desconsiderem. Coloquem dezembro que está bom. É um projeto muito grande, mas a meta, em nível de Brasília, é para agosto de 2008. Só que a cobrança depois vem para nós, né? (*Risos*). Então, não fiquemos ansiosos, mas o projeto é uma política de governo, está definido.

Aqui (*aponta para a imagem*) deve ter mais alguns dados de Araquari e Imbituba.

Provavelmente já vai acompanhar o contorno de Florianópolis que já está nas obras, nas questões das concessões. Então, aqui tem um desenho (*aponta para a imagem*) mais ou menos um esquema dela, já incluindo aqui, também, que é o futuro, de leste a oeste, a ligação com a Argentina em termos de ferrovia. Então, todo o estudo de viabilidade está concluído, tanto da ferrovia litorânea, que já vai entrar para projeto, então, sacramentada, como já iniciaram os estudos das rodovias que vão ligar os nossos portos ao futuro corredor bioceânico. Seria uma grande conquista para este ano se os dois projetos estiverem concluídos.

Aqui, desse estudo, eu peguei um quadrinho...

(*A senhora senadora Ideli Salvatti fala fora do microfone: "Só um minutinho. Tem um planejamento ferroviário para o qual falta um pequeno trecho. Está se estudando o projeto agora para fazer a ligação da ferrovia norte-sul. Com esse trecho construído e a nossa ferrovia litorânea, todos os portos de importação e exportação do Brasil estarão ligados por ferrovias. Todos. Por isso que a nossa litorânea é importante junto com aquele trecho lá de norte/sul que falta, porque toda a malha ferroviária estará ligada aos portos de importação e exportação. Então, é nesse contexto que nós temos que entender a nossa litorânea."*)

Então, é um projeto realmente definitivo e, como todos os outros, vai sair. A gente reconhece.

Então, rapidamente, aqui (*aponta para a imagem*) é um escoamento que existe de cargas e toda essa...

Aí, as ferrovias. Mais uma tela da necessidade da importância, da relevância da obra. Justificativas não são necessárias, né? Mas como justificativas do porquê disso que a senadora falou em torno de ferrovias estão aí o escoamento de produção, a geração de emprego e a elevação do IDH da região. Isso é uma coisa importante, também, principalmente para a região oeste catarinense.

A litorânea (*ininteligível*)... 255 quilômetros. Renda compensada de 1%, que é o que permite a atuação da ferrovia. Velocidade máxima de 30 quilômetros é o previsto para o transporte de cargas. Então, em todo o projeto a definição é para isso. Não seria para transportes de passageiros, pelo menos, em uma primeira colocação.

Estudos de viabilidade ambiental (*ininteligível*) projeto executado em R\$ 18 milhões. Foi uma implementação direta pelo DNIT. O prazo de execução de 24 meses após a contratação. Custo estimado da obra: R\$ 940 milhões.

Aqui na telinha (*aponta para a imagem*) o que resulta da melhoria das condições da faixa de domínio - que é um programa a ser tratado também - as invasões que existem atualmente, inclusive. Passagem de nível tem principalmente em Joinville, e em Tubarão também tem. Em Jaraguá e em São Francisco, com o crescimento do município, está lá o trem passando no meio da cidade, né? (*Mostra foto: trem passando no meio da cidade*.) O contorno que é importante.

Nesse arquivo é o Aparício, que é o nosso coordenador-geral de logística nacional.

Aqui, é o Programa Nacional de Dragagem Portuária. Então, é um programa do PAC também na ordem de R\$ 1,5 bilhão nos quinze portos principais do Brasil. Santa Catarina nessa área de dragagem perto de São Francisco e de Itajaí.

Programa de Investimento e Participação (*ininteligível*) Portuários. Então, as obras que estão em andamento: São Francisco do Sul, realinhamento do berço 201 e a construção do berço 401A. Tudo lá para São Francisco do Sul. Itajaí é a via-expressa que está a cargo do convênio do DNIT, a recuperação do vale norte, da entrada do canal do porto, agora nas etapas finais. Para quem acompanhou os recursos de 2004/2005 e 2006, com certeza a situação é de mais de 200 milhões aplicados nos portos de Santa Catarina.

Aqui é a recuperação do molhe, em Imbituba. Eu falei com o pessoal do exército e está sob controle, está andando. A gente espera que tenha o andamento normal. E as dunas. A recuperação dos bairros do abrigo porto é uma novela. Tem demorado bastante, mas segundo informações das próprias pessoas contratadas, a obra é para terminar no máximo até julho, mas eles querem terminar até abril ou maio. Mas até o primeiro semestre termina e a empresa está fazendo de uma forma para não contrariar o Ibama. Se houver alguma discussão acho que o pessoal dos portos tem que conversar para acelerar com a própria empresa e com a Secretaria Especial dos Portos. Se não for possível pode agendar também, até se os dois colegas dos portos estiverem na Fiesc, na sexta-feira. É bom se o Aparício estiver lá, daí já conversam mais alguns dados sobre a obra. Mas parece que em Imbituba e Laguna está sob controle.

A Secretária de Portos e o DNIT, que eu saiba, ficou com os portos fluviais e as hidrovias. Como Santa Catarina não tem ainda, então essa área está afeta dos portos marítimos, nós passamos todas as obras e tudo mais para a Secretaria de Portos, que é a responsável pela execução dos portos marítimos.

Então, aqui tem alguns detalhes em nível de país, como por exemplo, a Docas, que deveria ser retirada para permanecer pública e receber mais recursos públicos para que pudesse ter mais investimentos nesse setor.

Aqui ficou um pouquinho direito, mas isso é uma função da Secretaria Especial dos Portos que é diretamente ligada à Presidência da República, que hoje (*ininteligível*) políticas e diretrizes para o desenvolvimento e fomento do setor portuário, além de todas essas questões da fiscalização dos portos outorgados à Companhia Docas. E também a supervisão das políticas nacionais na área de portos, a aprovação de plano de outorga e tudo mais aquilo que se relaciona aos portos marítimos no País, que realmente pela quantidade de portos que existem a gente vê a necessidade de ter essa estrutura específica.

Aqui tem a relação de portos que estava a cargo do DNIT. Então vocês vêem realmente que a criação dessa estrutura, pensada pelo Governo Federal, é realmente pela necessidade de ter talvez alguém responsável apenas por todas essas obras que Santa Catarina está incluída.

Mais uma conclusão. Programa Nacional de Dragagem. Eu não sei se aqui em Imbituba, depois, na sequência, depois da reconstrução dos molhes vai precisar também, mas com certeza vai estar contemplado de recursos do PAC, que estão sendo realmente provisionados para isso.

Vamos ver se eu fecho aqui para não demorar muito. Acho que isso mostra basicamente aquilo que a gente pretendia falar, deputado Reno, sobre portos, ferrovias e rodovias.

Muito obrigado! (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Reno Caramori) - Obrigado, senhor João José.

Nós já vamos fazer a inscrição para as perguntas.

Para agilizarmos o processo, o Álvaro fará as inscrições. Nós solicitamos que sejam bem objetivos, num tempo de três minutos. Se for preciso mais, tudo bem, mas vamos tentar limitar para que possamos ouvir o maior número de pessoas possíveis.

Temos o requerimento verbal que nos foi solicitado pelo vice-presidente do Conselho Político Empresarial, o Glauco Caporal, a respeito do Resex, que quem fará o questionamento é o Guarache, o nosso estudioso e intelectual na área. Ele tem algumas dúvidas e sua manifestação é importante.

Então, será atendido o seu requerimento, Caporal.

Com a palavra o primeiro inscrito, o senhor Obadias Gonçalves Barreto.

O SR. SECRETÁRIO MUNICIPAL OBADIAS GONÇALVES BARRETO (Laguna/SC) - Sou pescador aposentado e ex-secretário de pesca do município. Estive um pouco distante reunido com os pescadores, na comunidade dos Bentos, e me perguntaram sobre a ponte de Cabeçadas.

Então, quero aproveitar que o nosso amigo engenheiro João José está aí para perguntar como vai ficar o aterro de Cabeçadas.

O pescador está com prejuízo total, porque o aterro de Cabeçadas acabou praticamente com as condições de vida na sua (*ininteligível*). Hoje estão todas assoreadas e o nosso pescador está migrando para outras regiões e estão passando miséria. Eles, então, nos falaram o seguinte: "não vai sair a ponte de Cabeçadas se não sair aterro". E eu disse: muito bem, eu concordo.

O SR. JOÃO JOSÉ DOS SANTOS - Posso responder?

O SR. PRESIDENTE (deputado Reno Caramori) - João José, queres responder agora ou podemos adiantar?

(O engenheiro João José responde fora do microfone que responderá depois.)

O Guarache é o segundo inscrito, mas vamos deixá-lo por último.

Com a palavra à vereadora Mariza Costa Walter.

A SRA. VEREADORA MARIZA COSTA WALTER (Rio Rufino/SC) - Cumprimento todos vocês e agradeço pelo interesse em fazerem estas audiências públicas, porque acho importante que sejam discutidos os problemas de cada região.

Eu sou presidente da Uveres, Associação dos Vereadores da Serra, e estou aqui, já conversei com o Reno, com o Décio, com a Ideli, naquela alegação da questão do Projeto Serra-Mar. Acho que é importante, como disse o nosso amigo Téio, que tem as costelinhas do projeto, que seja ligado o Corvo Branco a essa ligação de Rio Rufino a Grão Pará, que é a 439. Acho que é importante o crescimento, o desenvolvimento dessa região. Temos a agricultura, o turismo e até a própria argila que vem bastante para cá.

Acho que é importante porque vai, cada vez mais, reforçar esse trânsito, essa força de crescimento entre a Serra, Laguna, Tubarão, junto com a Serra do Doze.

Então, deixo aqui o meu pedido que é o pedido de toda a região serrana, e também do interesse da região sul, que seja feito esse asfalto para a 439.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (deputado Reno Caramori) - Com a palavra o senhor Murilo Bortoluzzi.

O SR. MURILO BORTOLUZZI - Muito boa-tarde. Cumprimentando o presidente da mesa, cumprimento as demais autoridades.

A nossa fala é em nome da Agência de Desenvolvimento Regional, que congrega as empresas da região sul, da Amurel, igualmente da Facisc, onde a gente tem representação, e da Fiesc.

Agradeço o presidente pela leitura do ofício encaminhado pelo nosso vice-presidente, Alfredo Piotrovski, que vem solicitar apoio a essa tão importante obra que é, de fato, o Aeroporto Regional Sul, que está nos cartazes.

A nossa região aguarda ansiosamente por essa estrutura, porque estamos pagando um preço alto pela não-existência de uma estrutura. A importância de trabalharmos numa estrutura única aeroviária para a região Sul.

Nós temos lidado muito fortemente com essa questão do transporte aeroviário, e o aeroporto é, sim, lá em Jaguaruna, o regional desta região, bem como, em Correia Pinto é o regional serrano. São esses os dois projetos escolhidos. Eles já existem.

Eu queria comentar com o nosso diretor do DNIT e com a senadora que ouvi do secretário Mauro Mariani que o projeto para os aeródromos já existe, é lógico, mas a licitação acontece agora em março, neste mês. Ele veio nos informar disso verbalmente. Nós estamos esperando a licitação da obra do terminal de passageiros e todos os complementos dos aeroportos.

Então, estamos confiantes com as informações da senadora e ficamos muito contentes porque, realmente, já haviam sido encaminhados todos os documentos para o Plano Nacional de Viação e agora retorna nos trâmites finais.

Então, ficamos muito satisfeitos e agradecidos por todo o esforço pela estrutura aeroviária e, agora, também, com essa grande oportunidade do Projeto Serra-Mar que vem misturar ou somar ao potencial rodoviário do traçado que já existe, potencializando no desenvolvimento dos órgãos públicos, das empresas privadas já existentes no entorno.

Eu digo que Serra-Mar não é só naquele município que corta a estrada, tem uma abrangência de aproximadamente 80 quilômetros do eixo.

O turista vai passar naquele eixo e vai ver na folheteria, nos mapas, nos cadernos todos os atrativos turísticos existentes e elencados ali para visitar. Então, ele sai do eixo, pega a costela e vai lá, visita e volta; vai na estância termal, volta para o eixo; vai visitar a baleia, volta para o eixo; vai visitar o porto de Imbituba; vai visitar a termoelétrica e volta; vai a Lages, na Festa do Pinhão, e assim temos um eixo que vai potencializar e estruturar o turismo na nossa região.

É isso que queremos e ficamos muito agradecidos com esse entendimento da senadora. Contem conosco.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (deputado Reno Caramori) - Com a palavra o senhor Benoni Schmidt.

O SR. BENONI SCHMIDT - Boa-tarde a todos, em especial ao deputado Caramori, deputado Décio, senadora Ideli Salvatti, demais autoridades empresariais, políticos e diretor João José, meu colega.

Falar sobre a importância das obras é reiterar um argumento que já vem sendo feito pela sociedade há muitos anos, principalmente relacionadas à BR-101. A importância dela se revela ao longo das estatísticas.

Se pensarmos que daqui a 20 anos ou 30 anos seremos 250 milhões de habitantes e seremos os construtores da nova infra-estrutura necessária para que a gente possa dar condições a toda essa população, só por isso, as obras se justificam.

Em uma das telas que vi ali, doutor João, parece que a obra é determinada pelo preço da ligação ferroviária do final da ferrovia de R\$ 600 e poucos milhões, depois vi em outra tela R\$ 900 e poucos milhões. Eu já tive inclusive informação de preço de R\$ 400 e pouco milhões, (ininteligível) porque é o projeto de engenharia que vai determinar o custo exato, então pode ser diferente.

Mas apenas para unificar esses números do custo da ferrovia não podemos pensar que vamos transferir tudo para o transporte de cargas que aí já é na ordem 47 milhões de toneladas na BR-101 e daqui a 20 anos ou 30 anos serão 140 milhões, aproximadamente, pela BR-101. Quer dizer, isso seria um congestionamento muito grande e a BR-101 precisaria ser sextuplicada para poder dar vazão a todo esse transporte e um problema muito maior nos terminais.

Por isso a importância de se buscar outro modal para transferir essas mercadorias. Isso aí não tem como... O País não tem como buscar desenvolvimento, a exemplo de outros países desenvolvidos, sejam portos, melhores portos, aerovias, hidrovias ou as próprias ferrovias.

Muito obrigado. Era essa a colocação que eu queria fazer.

O SR. PRESIDENTE (deputado Reno Caramori) - Com a palavra o senhor Gelsoni Lunardi Albino, representando o presidente da Amures, o senhor Cláudio Roberto Zilioti.

O SR. GELSONI LUNARDI ALBINO - Trago os cumprimentos do presidente da Amures, Cláudio Roberto Zilioti, prefeito de Corrêa Pinto, de quem transmito o abraço porque não pode estar aqui presente hoje.

O mesmo me pediu que, em primeiro lugar, agradecemos a senadora pelo empenho nas obras do aeroporto, que, embora ainda seja só a pista, foi fundamentalmente defendida pela senadora. É uma grande batalha e uma grande obra para a serra catarinense que também está integrada, como o Mariani já comentou, o Projeto Serra-Mar. Temos lá grandes investimentos, e eles dependem exclusivamente (ininteligível) alguns e estão aguardando o aeroporto funcionar.

Quero também agradecer, senadora, o empenho pela BR-282. É uma história de muitos anos, mais de duzentos anos de luta daquela região, e agora vemos...

(A senadora Ideli Salvatti manifesta-se fora do microfone: "Mais de... Ininteligível.")

Com certeza, muitas inaugurações, muitas promessas, que agora a gente está vendo ser efetivada, e já dá inclusive, senadora, de passar. Não está inaugurada, mas já tem asfalto até Campos Novos. Os colegas aqui de baixo que quiserem passear lá já podem fazer esse trajeto.

Mas, como encaminhamento, que a Comissão pudesse estar informando às pessoas que participaram aqui da questão de como está a licitação do PAC do governo do Estado, que os secretários regionais pudessem estar passando às duas regionais, como está exatamente e em que momento está o projeto dos terminais dos aeroportos. Que o governo pudesse dar essa resposta. Se precisasse mais alguma mobilização por parte dos prefeitos a gente está colocando as associações à disposição.

Ao mesmo tempo (essas obras dos eixos principais) dizer que ainda têm obras importantes da parte do Estado de Santa Catarina, que são as ligações através de Bom Jardim da Serra até a serra gaúcha e também obras de São Joaquim até a serra gaúcha, que já estão em acontecimento. A senadora, inclusive, esteve tratando ontem lá das obras de Bom Jardim, que é para atrair os investimentos da parte, então, de turistas do Rio Grande do Sul. Essas obras, juntamente com aquela que a Mariza já colocou da SC que liga Rio Rufino, descendo Corvo Branco, seriam grandes obras que completariam grande eixo no fluxo turístico de toda a região.

A gente tinha um outro sonho antigo que era a ferrovia para descer por Urubici, através de um túnel, passando por Braço do Norte, chegando a Grão Pará e chegando a Imbituba. Poderia ser uma opção no desenho do gráfico que até ficaria mais reto se o trem descesse por Imbituba, mas a gente já vê que tem o eixo central trazendo a ferrovia para Itajai.

Assim, a gente deixa um abraço, então, dos prefeitos da serra a todos.

O SR. PRESIDENTE (deputado Reno Caramori) - Com a palavra o senhor Glauco Caporal Fernandes, vice-presidente da Acit.

O SR. GLAUCO CAPORAL FERNANDES - Boa-tarde, presidente, secretário, senadora, Décio e todos aqui presentes.

Eu estou aqui hoje representando o conselho político-empresarial, que é uma ação nascida através das associações comerciais e industriais da região da Amurel, junto com a Amurel e com os políticos que defendem os interesses dessa região. É quase um ano de trabalho, trabalho esse que nos dá uma missão de aprender não só sobre o nosso município, mas sobre toda a região.

Eu estou muito feliz e gostaria de, em nome de todos, agradecer o diagnóstico que a senadora fez do cenário do mercado da região sul. Na verdade, nós temos no sul uma distinção muito grande, não sou do sul, mas especificamente eu sou, em relação ao que ocorre de Florianópolis para cima. Essa mola propulsora que naturalmente já acontece no norte do Estado precisará muito menos do apoio de todos vocês, líderes políticos, do que essa região que está aqui hoje reunida, pedindo, reivindicando. É óbvio que a região norte, em função daquilo bem dito pela senadora que dinheiro atrai dinheiro, dinheiro atrai demanda, atrai necessidades, até por força desse poder econômico, necessidades sempre emergentes... Se não fizer (ininteligível), se não fizer eventualmente (ininteligível) para mandar mais dinheiro, comprovado inclusive pela apresentação do nosso representante do DNIT, que fica evidente que o resto do Estado, Florianópolis para cima, está muito bem prestigiado também pelas ações necessárias do governo federal.

Mas gostaria de dizer que nós precisamos, por causa disso, muito mais do apoio da classe política, porque a classe empresarial, da qual faço parte, não tem hoje a condição necessária e econômica de fazer essa transformação, ela precisa do apoio político.

Quero dizer também que nós temos vários gargalos, como em outras regiões, temos também grandes vantagens aqui, nós temos tudo para ser feito. (Ininteligível) muitas vezes como problema, mas enxergamos como oportunidade. O nosso litoral está todo pronto para ser planejado, indiferente de outras regiões, que temos tudo para ser feito. Agora, o nosso litoral precisa, sim, de infra-estrutura e de planejamento.

Então, queria deixar uma sugestão. A senadora falou muito bem, eu acho que nós temos que fazer, além dessas audiências, a discussão do planejamento estratégico dessa região, porque isso é tão importante quanto a obra. Senão a obra vem e o entorno se compromete.

Fiquei muito feliz com a sua defesa do aeroporto. Estou nessa história, desde 1996, junto com outros colegas. São desses posicionamentos que a gente precisa. Nós não temos mais argumentos para convencer algumas pessoas, mas para o aeroporto é vital e o foco também.

Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (deputado Reno Caramori) - Obrigado, Caporal.

Com a palavra o senhor Otmar Josef Muller, presidente do Sindiceram.

O SR. OTMAR JOSEF MULLER - Boa-tarde. Como representante da indústria de cerâmica do sul do Estado, queria reiterar a importância das obras para o escoamento da nossa produção, seja para o mercado externo, especialmente através da revitalização do porto de Imbituba, como também para o escoamento da produção para a região Sudeste e a região Nordeste do Brasil. No Nordeste e no Norte, através da capotagem, também pelo porto de Imbituba, as regiões Sudeste e Centro-Oeste brasileiras pela ferrovia. Então, a importância da ferrovia litorânea, não só para a interligação dos portos de Santa Catarina, mas também para permitir o acesso aos mercados do Centro do Brasil para a nossa produção aqui do Sul.

Um outro ponto que nos preocupa é a disponibilidade de gás natural, que é o principal insumo necessário hoje para a produção de cerâmica. Em curto prazo, temos a segurança que nos é trazida pela SC Gás, pela cota contratada que tem, porém a médio e longo prazos nos preocupa a disponibilidade. Existem alguns projetos iniciais sobre a utilização do gás natural disponível na costa de Santa Catarina, são poços de exploração de petróleo, onde esse gás é queimado, faltam investimentos de gasoduto para trazê-lo até a costa, e também investimentos na utilização do carvão para a geração do gás no que possa também abastecer as nossas indústrias. E, além do gás, também a utilização do carvão para a geração de energia elétrica, que é um insumo indispensável, e numa visão em longo prazo preocupante, a disponibilidade para a indústria, não só de cerâmica, mas para toda a indústria do sul de Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (deputado Reno Caramori) - Tem mais uma pergunta para a senadora Ideli do senhor Maro Odi de Souza, a quem concedo a palavra.

O SR. MARO ODI DE SOUZA - Boa-tarde a todos.

A minha pergunta é para a senadora Ideli Salvatti, que faz parte do grupo do Presidente Lula que tem *(ininteligível)* no desenvolvimento do País com o PAC e que tem *(ininteligível)* como Ministério do Meio Ambiente e não ter *(ininteligível)* para o PAC deslançar.

Quero saber como é que *(ininteligível)*, do DNIT sobre a criação da unidade de conservação, através do Instituto Chico Mendes *(ininteligível)* do litoral de Santa Catarina, faria com que o desenvolvimento do turismo sofra retrocesso *(ininteligível)*.

A SRA. SENADORA IDELI SALVATTI - Eu vou aproveitar para responder e também quero pedir desculpas porque tenho que me retirar para ir para Florianópolis, onde terei uma reunião hoje à noite, e amanhã eu vou enfrentar o Senado.

Eu queria falar um pouco a respeito do gás, porque é uma questão importante aqui para a região Sul.

Nós tínhamos todo um planejamento já em andamento com a Petrobrás para a instalação de um ponto de regaseificação aqui na Baía de São Francisco do Sul. Eu quero dizer para vocês que não é que isso esteja descartado, não está, mas com a descoberta do campo de gás, o Campo de Júpiter, foi criada uma perspectiva de termos, o mais tardar em dois ou três anos, a produção aqui no Brasil do equivalente ao que hoje nós recebemos da Bolívia em gás natural.

Então esse desenho, a partir da descoberta do Campo de Júpiter, é algo que talvez... É rápida, sim! É rápida, sim! Inclusive eu estive com o Gabrielli, agora recentemente, e eles estão extremamente animados com o potencial de exploração de gás, inclusive não de substituição do gás boliviano, mas de nos dar uma garantia maior em relação ao gás.

Eu acho que a descoberta do Campo de Júpiter é extremamente importante e nós vamos ter que monitorar um pouco essa questão.

Eu queria dizer algo a respeito das questões ambientais. Em primeiro lugar, Santa Catarina tem uma vantagem e uma desvantagem de ter, em termos ambientais, questões e situações que infelizmente outros estados brasileiros perderam e isso nos dá um trabalho, porque tem que equacionar como é que vamos preservar. Vou usar alguns exemplos: nós somos o Estado brasileiro que tem o maior percentual de mata atlântica ainda. Portanto, isso é uma grande vantagem sobre o aspecto turístico etc. e tal, mas tem algumas coisas que precisamos para a preservação que temos que ter o cuidado de isso não empatar o desenvolvimento econômico e fazer a preservação.

A Baía da Babitonga, de São Paulo para baixo, a maior reserva de mangue que temos no Brasil. Então, nós não vamos fazer a discussão da reserva da Baía da Babitonga? Vamos ter que fazer! Vamos ter que fazer de tal forma que adeque o desenvolvimento, porque lá também tem um grande potencial portuário, não só o Porto do São Francisco, mas tem ali Itapoá, tem outros etc. Então vai ter que adequar! Porque nós também não vamos poder abrir mão da maior reserva de mangue de São Paulo para baixo, porque tem uma coisinha que a gente às vezes não enxerga, mas que aquela coisinha destruída, destrói toda a cadeia alimentar que acaba dando sustentabilidade a peixe, caranguejo e uma série de outras coisas que é fundamental também para nós.

Quero dizer que acompanhei todo o escândalo que fizeram por causa da Baleia Franca aqui. Foi um escândalo, porque ia acabar com o surfismo, com a pesca e depois se adequou, não se adequou? Teve alguma confusão pela questão da Baleia Franca? Não teve. Pelo menos pararam de reclamar e de falar, se equacionou, se discutiu, se estabeleceu as regras etc. e tal.

Então eu quero dizer que da mesma forma eu acompanhei também a questão das reservas de araucária. Também era um escândalo, não ia dar nada certo, mas depois se fez lá, se tirou trechos para não atrapalhar PCHs, foram feitas várias adequações, o Reno acompanhou. Teve algum problema remanescente daquilo? Tem alguns ajustes para fazer, mas não foi o escândalo que fizeram, que não podia fazer as reservas e nós fizemos as adequações.

Então eu quero dizer que tem muita polêmica aqui na Resex. Agora, por experiência que eu já tive da Baleia Franca, da araucária, como nós estamos tendo agora com os campos de altitude. Está uma confusão neste Estado que está me deixando de cabelos em pé e indignada porque tem gente propagando que tudo que tiver acima de 850 metros vai ser campos de altitude. Então não vai mais poder plantar maçãs, não vai poder plantar uvas, não vai mais poder fazer pecuária. Ou seja, tudo que estiver acima de 850 metros não vai poder fazer mais nada. Está confundindo, e tem gente mal-intencionada querendo criar confusão, pois estão confundindo campos de altitude com a altitude dos campos, o que não é sinônimo.

Campos de altitude é um bioma específico de fauna e flora que só existe a partir dos 850 metros, mas nem tudo que está acima de 850 metros é um bioma de campos de altitude. Então dizendo que os tais dos campos de altitude vão pegar um terço do Estado de Santa Catarina. Não vai pegar um cinquenta avos do Estado de Santa Catarina. E tem ainda obviamente os ajustes a serem feitos para a gente poder preservar esse bioma específico.

Então, eu já estou escaldada, a gente vai ter que baixar a poeira. Claro que é preciso estar atento, mas essa discussão da Resex, como foi da Baleia Franca, como foi da araucária, como está sendo dos campos de altitude, como está sendo da Baía de Babitonga, lá da reserva da fauna, a hora que baixar a poeira a gente consegue colocar na mesa os argumentos, as explicações e os ajustes, porque todos esses processos de reserva têm ajuste para poder preservar e não impedir o desenvolvimento econômico daquela região, daquela situação.

Inclusive nós já estivemos no Ibama tratando, como nós tratamos da questão dos ajustes da Baía de Babitonga, já colocamos toda a questão que estava aqui dos campos de altitude e da questão da Resex, e há uma sinalização do Ministério do Meio Ambiente de poder fazer da mesma forma que nós estamos fazendo aqui com esta audiência. Eles virão ao Estado, eles têm disposição para vir e fazer um debate franco e tranquilo que precisa ser feito para ver da oportunidade e da necessidade, fazendo ou não a reserva, de ter ou não ajustes.

Então é mais ou menos isso que eu queria dizer. Quero agradecer a oportunidade de estar hoje o dia inteiro aqui em Laguna fazendo essas duas importantes audiências e, volto a dizer, naquilo que eu entendo como prioritário estrategicamente nesse momento, que é aeroporto de Jaguaruna, nós vamos precisar fazer um ajuste das obras federal e estadual.

Se a gente não fizer esse ajuste nós não vamos ter o aeroporto, e eu gostaria muito, como eu acho que todos aqui gostariam, de a gente poder terminar o ano de 2008 com uma perspectiva concreta de inauguração da operação do aeroporto de Jaguaruna. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (deputado Reno Caramori) - Senadora, eu agradeço o seu depoimento. *(Ininteligível)*.

Com a palavra o senhor Joaquim Paulo Guarache Leonardo.

O SR. JOAQUIM PAULO GUARACHE LEONARDO - Boa-tarde senhoras e senhores, em nome do deputado Reno, cumprimento todas as autoridades presentes na mesa. Serei o mais breve possível.

Quero me referir às palavras do deputado Góes e da senadora Ideli Salvatti. O deputado disse, muito bem, assim: não podemos perder os investimentos, devemos viabilizar o turismo. A senadora disse: não temos *(ininteligível)* de desperdiçá-la *(ininteligível)*. Dinheiro vai atrás de dinheiro.

Eu gostaria de fazer uma outra colocação dizendo assim: *(ininteligível)*, dizendo isso eu quero dizer que o assunto Resex é um assunto realmente polêmico, *(ininteligível)*.

Muito bem, *(ininteligível)*. Então, a questão da *(ininteligível)* Décio, não é? Então, eu acho também *(ininteligível)* a interpretação *(ininteligível)* existe uma interpretação correta e uma interpretação errada.

Muito bem, quanto às últimas palavras da senadora Ideli, eu queria dizer o seguinte. O assunto da Baleia Franca... *(ininteligível)*. Por quê? Porque agora o problema vai aparecer quando o deputado *(ininteligível)* (...).

(Ininteligível) de conforto, porque nós não vivemos no conselho de gestão da APA da Baleia Franca. *(Ininteligível)* nós temos outra idéia formada sobre isso aí.

Muito bem, agora *(ininteligível)* é o seguinte: se a gente *(ininteligível)* e fechar os olhos, assim, *(ininteligível)* nós não vamos *(ininteligível)*, porque raramente algum *(ininteligível)* princípios, o que for para *(ininteligível)*. *(Ininteligível)* no sul de Santa Catarina, especificamente em Garopaba e Imbituba, *(ininteligível)* possivelmente é um pacto de *(ininteligível)*, em que esse pacto *(ininteligível)*. Preservação é uma causa, conservação é outra!

Então, é um *(ininteligível)* sustentar. E isso é possível! As leis e as normas que já estão presentes, existentes, são suficientes, necessárias o suficiente para também ter isso. Não há necessidade de se criar uma outra instância, ou na verdade uma substância para cuidar de um assunto que já está na legislação. E se está na legislação e não se cumpre, não é estar numa infra-legislação que vai se cumprir. Isso também causa aqui uma insegurança, porque os mesmos órgãos que têm a obrigação de fiscalizar e fazer cumprir a lei é que estão querendo criar mais uma instituição. Como que eu vou acreditar se ela não dá conta de uma coisa, vai dar conta de outra? Criar mais confusão, mais um conselho, mais um chefe, mais um não sei o que lá, depois fala que não tem dinheiro, que não tem gasolina, não tem gente, então isso causa insegurança.

Então, como eu disse aqui, no entender do Olívio, vai atrás de segurança. Essa insegurança já está atingindo a região, porque basta a possibilidade para causar isso. E eu não creio que seja uma coisa que nós devemos olhar para ver no que vai dar. Não devemos.

E outra coisa é o seguinte: quem está querendo a Resex? Imituba e Garopaba, juntando os dois municípios têm duas colônias de pesca, têm aproximadamente três mil filiações. As próprias pessoas que querem a Resex dizem que existem com eles 260 pescadores. Então não dá nem 10%.

Outra coisa muito importante é o seguinte: quantas pessoas serão beneficiadas pela Resex? Ninguém sabe, não foi falado, nunca foi falado! Foram feitas duas audiências públicas. Qual é o nome dessas pessoas, senão vamos lá no Patrimônio da União para alguém usufruir. Nós queremos saber o nome. Nós não sabemos, ninguém sabe! É bem provável que muitos desses 260, achando que vão se beneficiar, têm provado que mais da metade deles não foi lá, porque se for fazer de um jeito que estão imaginando logicamente que não vai dar para todo mundo.

Mas é o seguinte: existem alternativas em desenvolvimento econômico sustentável para aquela região, basta sentarmos à mesa de uma maneira comunitária ou municipal e até regional, e vamos discutir. Mas quando o indivíduo tem atrás de si uma possibilidade de tomar alguma coisa, jamais ele senta para negociar essa coisa.

Então o pessoal recebeu essa possibilidade: Não, não vamos fazer isso aqui, vamos fazer isso e isso. Por que vão sentar e vão negociar alguma coisa?

Os empresários estão disposto a sentar. Existe muita coisa para fazer, existem coisas para fazer lá que está errado? Tem. Nós sabemos - e todo mundo sabe disso -, mas não há necessidade de criar mais uma estrutura para ser sustentada com os nossos recursos, recursos que cada um de nós paga impostos. Faltam recursos para as obras prioritárias. Não podemos jogar recursos fora. Inclusive durante mais de um ano toda a estrutura ambiental do governo federal nessa região está sendo gasta em pessoas, combustível, viagem, diárias, tudo para quê? Para tentar colocar a Resex. Isso já é por si próprio, ao meu critério, um dinheiro público jogado fora.

Então vamos pensar direito. Estamos dispostos a sentar para ver até quando (*ininteligível*) cada caso. E se existe má intenção de alguém, essa má intenção, com certeza, não é dos empresários de Imituba e Garopaba.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. SENADORA IDELI SALVATTI (SC) - Olha, eu quero só deixar claro que eu não tenho um posicionamento nem a favor nem contra Resex nenhum. Agora, o que eu não admito, porque eu vivenciei isso, é esta paixão que determinados assuntos desencadeiam aqui em Santa Catarina. Então toda a paixão às vezes leva a gente a não enxergar.

Então o que a gente precisa é fazer um debate desapassionado sobre este tema, com tranquilidade, como nós demos encaminha e inclusive aqui o deputado Reno e o deputado Décio Góes já estão dizendo inclusive que tem previsão de debate, audiência pública para tratar desse assunto, vamos trazer todas as opiniões e vamos fazer desapassionado, gente. Porque assim: se não desapasionar a gente não equaciona.

Então é só isso. Eu quero deixar bastante claro que eu não tenho posição sobre isso, só o que eu já vivenciei de paixões em outras situações semelhantes a essa da Resex. Eu quero dizer que estas paixões não ajudam a gente a enxergar o que é necessário fazer e de que forma é necessário fazer.

E queria pedir desculpas no sentido de poder me retirar senão eu não chego para cumprir as minhas tarefas lá em Florianópolis.

Está bom? Então um beijo a todos.

O SR. PRESIDENTE (deputado Reno Caramori) - Com a palavra o senhor Jeziel Pamato de Souza, administrador do porto de Imituba.

O SR. JEZIEL PAMATO DE SOUZA - Boa-tarde, presidente.

Eu só queria aproveitar, antes da saída da senadora, para dizer que, na verdade, a gente verificou ali na apresentação do DNIT que sempre aparecem Itajaí e São Francisco e fizemos um pleito para que se inserisse no orçamento do PAC investimentos de dragagem no porto.

Hoje, a gente pode verificar pelo *site*, viu, senadora?... Estou fazendo em público o que já fiz pessoalmente, quero renovar o agradecimento pelo esforço que o então deputado Jorge Boeira e a senadora fizeram para viabilizar os investimentos da recuperação do molhe e do abrigo do porto.

Mas o que estamos pedindo, senadora, é que se consiga incluir o porto de Imituba no PAC, porque Imituba tem um *status* dentro da Secretaria dos Portos como um dos cinco portos habilitados. Já tem um projeto e já tem licenciamento ambiental. Às vezes, até eu ou o próprio presidente temos verificado a Dima Rousseff argumentar que as dificuldades na aplicação dos recursos são exatamente por falta de projetos ou por falta de licenciamento ambiental. Poxa, se a gente já tem essa condição de projeto e de licença ambiental, talvez fosse possível habilitar. E dado o valor que há ali de R\$ 1,4 bilhões, considerando que o investimento é da ordem de R\$ 10 milhões - e muito insignificante - acho que não seria difícil a inclusão dele. Então, eu queria pedir novamente o seu apoio. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (deputado Reno Caramori) - Senadora, inclusive, na semana retrasada, conversamos eu e o João Paulo, seu assessor, e ele me falou que está na mesa do secretário para uma decisão.

O João Pedro, que é presidente da Associação Comercial, e o Jeziel, têm me batendo nas costas o tempo todo para me cobrar o problema do porto. É uma realidade. Nós somos gratos eternamente pela sua providência na solicitação quanto à recuperação do molhe. Era muito importante e salvamos o porto. Agora nós precisamos fazer com que esse porto nos dê condições de um calado maior. É importante, senão, daqui a pouco, o Jeziel vai ter que ir embora e vai ficar só na (*ininteligível*). Nós temos que colocar uns barcos maiores aí!

Obrigado.

A SRA. SENADORA IDELI SALVATTI (SC) - Quanto a essa questão, eu não preciso voltar a reafirmar o caráter estratégico do porto de Imituba para a questão de infra-estrutura aqui na região sul. Então, o que estiver ao nosso alcance... Inclusive, eu quero dizer que a gente só conseguiu fazer a obra, porque aproveitamos, na época, a vinda do adjunto que estava na condição de ministro. Num sobrevoo, colocaram umas baleinhas para fazer balé lá para ele, que conseguiu ver lá de cima o risco iminente no sentido de romper o molhe. Tivemos depois uma dificuldade por causa da questão jurídica que levou um tempinho, mas foi superada. A obra está andando, acho que a rapaziada ali do batalhão são extraordinários e fizeram um excelente trabalho lá no porto de São Francisco também. E agora a gente tem que batalhar, né? Está na mesa. Vamos acompanhar a obra e ver se ela sai.

O SR. PRESIDENTE (deputado Reno Caramori) - Obrigado. Um abraço, senadora.

Gente, temos um tempo previsto para as 18h. E temos aqui, ainda, a inscrição número dez.

Com a palavra o senhor Ruy Esteves, da Engevix.

O SR. RUY ESTEVES - Senhores, boa-tarde.

Eu gostaria de fazer só um adendo a um gancho que o doutor Müller falou com relação à energia e ao gás. Pena que a senadora teve que sair, mas quanto à energia temos resolvido os problemas com o carvão. É uma energia completamente limpa, com tecnologia brasileira em que podemos retirar o enxofre, o nitrogênio, até o CO₂ e produzir um fertilizante com esses produtos (e o CO₂ tem crédito de carbono com a ONU). E não precisamos ter preços diferenciados em leilão de uma energia térmica gerada por carvão importado, porque o nosso custo de energia é mais barato do que o carvão energético, porque o carvão energético europeu ou colombiano só gera energia. O nosso carvão, pelas qualidades que tem - pois tem alto teor de enxofre -, quanto mais alto o teor de enxofre, mais sulfato de amônia e fertilizante nós tiramos, e com isso o custo da energia baixa violentamente. Nós estamos oferecendo até para a Vale do Rio Doce a um custo de energia de 42 dólares, que é compatível até com uma hidrelétrica.

Então, nós temos condições e eu gostaria de apresentar com mais detalhes isso aos senhores, que seria mais uma indústria importante para o sul de Santa Catarina.

Gostaria também de dizer com relação à questão do gás que nós podemos resolver isso em curto prazo. Hoje, por exemplo, o que a Vale faz? Ela manda o carvão importado da Austrália e de Moçambique para China, transforma as propriedades do carvão e manda o coque gerado lá para o Brasil consumir. E perde tudo que nós podemos ganhar.

E aqui o que nós podemos resolver em curto prazo é o grande problema de gás das cerâmicas, porque nós poderemos produzir esse gás a um terço do valor do gás natural. Porque o subproduto que gera para o coque (o coque hoje, por exemplo, está 480 dólares a tonelada)... Nós poderíamos produzir em três baterias de coqueira 600 mil toneladas de coque e 900 mil metros cúbicos por dia de gás, seria suficiente para todas as cerâmicas. E de imediato produzir gás para fabricação de telhas e tijolos em gás de baixo poder caloríficos, que a gente já tem tecnologia para isso, e foi gerado isso na Eliane há mais de 10 anos. Então temos solução de gás, a curtíssimo prazo. Agora, se nós esperarmos pela solução da Petrobras de poços de Júpiter que têm que ser explorados ainda, acho que nós não vamos conseguir atingir as metas das cerâmicas.

É esse adendo que eu gostaria de fazer. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (deputado Reno Caramori) - Voltaremos a conversar a respeito disso, senhor, com certeza.

Deputado Décio Góes, quer fazer alguma pergunta ao senhor Ruy? O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Não querendo desviar o assunto, teria uma diferenciação desse projeto com aquele da Usitex. São projetos diferentes. Em segundo, nesse caso não precisaria de subsídio para eleger o do casulo(?), que houve impedimento da Usitex, não precisaria.

(O senhor Ruy manifesta-se fora do microfone. *Inaudível*)

O SR. PRESIDENTE (deputado Reno Caramori) - Tem mais alguém inscrito?

Com a palavra o senhor Wenceslau Diotallevy, representando o presidente da SC Parcerias.

O SR. WENCESLAU DIOTALLEVY - Gostaria de lembrar a importância da necessidade do acordo de todos para desenvolver o Plano Diretor de cada município, porque um dos empecilhos que nós tivemos na SC Parcerias foi um balcão, apareceram investidores do mundo inteiro. Nós perdemos várias oportunidades porque, primeiro, não tínhamos projetos; segundo, as questões ambientais das idéias não tinham as licenças ambientais (*ininteligível*); terceiro, as questões jurídicas. Qualquer impedimento tem que estar inserido no Plano Diretor dos municípios, discutido e calculado anteriormente. Então, nessa fase e com os recursos que o Governo Federal transferiu através da Codesc aos municípios é fundamental que a gente se debruce - todos, o governo do Estado, o Federal, principalmente os vereadores - e que todos os impedimentos possíveis tenham lá o zoneamento de cada município, ordenando o crescimento, que vai ter agora com a (*ininteligível*) da duplicação da BR-101 sul. O que vai acontecer agora na região sul é que vai ter um crescimento exponencial e que corre o risco de perder ainda o que existe de belo e natural do rio.

Esse alerta que faço é muito importante e eu não tenho medo de (*inaudível*) sentido.

O SR. PRESIDENTE (deputado Reno Caramori) - O Glauco está solicitando mais um minutinho.

O SR. GLAUCO CAPORAL FERNANDES - Eu acabei esquecendo no momento anterior, mas queria fazer uma solicitação à Comissão. Nós temos um projeto de lei (*inaudível*) polícia do aeroporto, que já deu início, não tem caráter técnico nenhum que impeça, nós estamos (*inaudível*) que já estão homologadas, e eu gostaria que a Comissão fizesse um ofício ao governo do Estado, perguntando em que pé está e solicitando que seja feito o mais rápido possível a homologação dessa pista. Nós temos vários aviões, vários empresários que já poderiam aterrissar ali, não só empresários, mas (*inaudível*) questões de segurança e esse detalhe, que é simples, (*inaudível*) não está pronto ainda, que é a questão da homologação da pista.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (deputado Reno Caramori) - Nós vamos fazer isso por escrito ao governador.

Com a palavra o senhor João José dos Santos.

O SR. JOÃO JOSÉ DOS SANTOS - Eu, basicamente, anotei três questões de todos os comentários que foram realizados em nível de rodovias e ferrovias.

Primeiro, o senhor Obadias. Senhor Obadias, o padre Ângelo estava nessa reunião de hoje? (*risos*.)

(*O senhor Obadias responde fora do microfone. Inaudível.*)

Está aqui, ele?

(*Orador não identificado responde fora do microfone que ele saiu.*)

Não, porque o padre Ângelo coordena, junto com a Pastoral da Pesca, (*ininteligível*) um grupo aí, com a Secretária do Meio Ambiente e da Pesca aqui de Laguna, e a gente esteve reunido e essa frase é dele: "não vai começar a obra sem resolver o problema do canal" Então, nós seguiremos essa frase.

Na verdade é o seguinte: a nossa obra, a futura ponte, se vocês perceberam, aqui está todo pessoal do projeto, da empresa Iguatemi, somente o problema do canal, em nível de obra, senhor Obadias, não tem problema, porque é uma obra limpa, totalmente independente... Agora, o que nós estamos fazendo no DNIT, e aí foi uma solicitação que houve de várias entidades, além daquele trabalho que foi feito em 2000, 2001 pelo antigo DNER (*ininteligível*) de engenharia, que dizia que a abertura do canal poderia causar poluição na lagoa devido à abertura do extravasamento do rio Tubarão e tudo mais, poderia ser prejudicial.

Esse estudo nós temos também, agora, ajudado com mais elementos. Tem uma equipe, o senhor sabe, que está trabalhando na região para poder elaborar um relatório que ajude na decisão da própria comunidade e dos órgãos do meio ambiente. Ou seja, que decidam juntos para que vocês, juntamente com os órgãos ambientais, possam definir o que é melhor para Laguna, para Imaruí, para região e para os pescadores.

No DNIT, nós já, no projeto inclusive, deixamos de arranjar uma abertura em termos de recursos para abrir, não necessariamente todo ele, para não precisar destruir aquela ponte e aquele aterro, canais extravasadores. Agora, essa decisão nós queremos que seja tomada também por vocês.

Evidentemente, como a obra, o projeto vai terminar em julho, a licitação da obra, se tudo correr bem, vai até novembro, dezembro deste ano, teremos um longo tempo para terminarmos aquele trabalho, sentarmos com vocês para acharmos a melhor saída para o canal.

Então, fiquem calmos, o padre Ângelo e a comunidade, porque a gente está pensando em vocês, para que a gente tome essa decisão em conjunto. É isso aí!

O senhor Murilo e o senhor Glauco fizeram colocações sobre o aeroporto. Mas, na verdade, quanto ao aeroporto, depois o senhor pode completar a questão dos terminais, a Senadora já colocou que foi por iniciativa dela no Legislativo Federal a aprovação no PNV dos dois acessos tanto aqui como Correia Pinto.

Os projetos já estão em Brasília passando por análise para sua aprovação com a inclusão no PNV e a aprovação dos projetos no Executivo dos acessos que foram elaborados está na expectativa de que abrindo o Orçamento e tendo a aprovação do PNV e a aprovação dos projetos que até abril ou maio possa já estar pensando, com a locução dos recursos, na licitação de obra para que neste ano ainda tenhamos a conclusão, provavelmente. Esse é todo o planejamento que está sendo feito.

Colega Benoni, da área ferroviária, realmente, vi na tela, porque aprontamos essa das ferrovias hoje e, na realidade, você já respondeu para mim, porque o que vai definir o valor da obra da ferrovia litorânea é o projeto executivo e a futura licitação da obra.

Aquele valor final de R\$ 900 milhões, são praticamente R\$ 4 milhões por quilômetro é um valor até, digamos assim, coerente, mas não há uma definição. Ali foi um planejamento com duas pedras diferentes e vamos ver direitinho com o pessoal de Brasília que fez a análise dos projetos, mas a definição de valores realmente é o projeto executivo que vai definir o melhor caminho, a melhor solução técnica para que depois se tenha a licitação da obra.

O restante que ouvi, não sei se estou enganado, foram comentários gerais que o nosso colega, nosso secretário vai responder também.

O SR. PRESIDENTE (deputado Reno Caramori) - Com a palavra o deputado Góes.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL DÉCIO GÓES (SC) - A idéia é que o Mauro possa nos localizar como é que está essa questão do aeroporto. O prazo que acordamos com o secretário Mauro Mariani, na audiência pública lá em Florianópolis, é que, no mês de dezembro seria feito o lançamento do edital de licitação da execução das obras dos terminais de Jaguaruna e de Correia Pinto, com a conclusão e entrega desses projetos pela empresa Prosl, que está fazendo o de Correia Pinto.

Precisamos ver como é que está. Já estamos atrasados nesse cronograma. Você sabe alguma coisa sobre o edital do convênio dos planos diretores que também foi feita uma audiência pública e a Codesc se comprometeu, agora, em janeiro, a fazer o lançamento do edital? Agora dia 28 de fevereiro ia ser entregue aos municípios as cartografias elaboradas Usimap para ver se eles estão colocado à disposição.

Outra questão que aparece muito forte aqui na região e considero uma obra importante também nessas costelas de ligação, desse eixo Serra-Mar e BR-101, a integração do oeste catarinense com o sul, o aeroporto, enfim, (*ininteligível*), a utilização do porto que seria a SC 439 da Serra do Corvo Branco como é que ela está? Parece-me que ela faz parte do BID-4, que vai encerrar o BID-4 com essa obra, se não me engano, financiada há um tempo paralisou, enfim.

Também foi tocado, aqui, na questão do Farol que seria uma interpraia, nossa estrada. Temos que ver como é que está encaminhada essa questão.

Eu acho que são algumas questões que foram levantadas aqui que são de competência do governo estadual e que era importante a gente ter esse informe.

(*Orador não identificado manifesta-se fora do microfone: "Tem a 431 também, a São Martinho/São Bonifácio."*)

Essa foi falada de manhã, a 431, e o Mauro não teve oportunidade de responder lá. Vamos perguntar aqui também.

O SR. PRESIDENTE (deputado Reno Caramori) - Com a palavra o senhor Mauro Vargas Candemil.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO REGIONAL MAURO VARGAS CANDEMIL (SC) - Bom, boa-tarde a todas e todos aqui presentes; ao deputado Reno Caramori os nossos cumprimentos por presidir esta Comissão e tê-la trazido aqui para Laguna; deputado Décio Góes, com quem tivemos uma convivência hoje também pela manhã; importante segmento que foi discutido com a presença até bastante representativa de prefeitos das várias regiões do sul do Estado e aqui da serra; ao João José, que temos hoje o prazer de conhecê-lo, parabéns pela brilhante exposição do trabalho que ora acaba de apresentar; a todos, principalmente, os representantes da classe política, presidentes e diretores de associações comerciais e empresariais da nossa região os nossos cumprimentos por estarem aqui, hoje, presentes.

Colegas engenheiros aqui presentes, quando nós vimos esta importante apresentação dessa ponte que já tínhamos o privilégio também de ver esta apresentação, nós, com a conclusão dela, teremos três pontes, uma do lado da outra, representando um marco histórico no século de 1800, 1900 ou do ano 2000, pena que não possamos, o governo federal, quer dizer, o Estado, ter recursos para, ainda que ela não possa ser transitável, aquele fluxo todo passando, mas aquela estrada de ferro que possamos recuperar com algum subsídio a fundo perdido, quem sabe, e aí nós vemos três marcos da engenharia ali representados na divisa da Lagoa Santo Antônio com a Lagoa de Imaruí. Uma ponte de ferro de viabilização de uma estrada de ferro, uma ponte mais conservadora. Eu acho que na década de 1950 ela foi construída e uma moderna agora, e próximas uma da outra poderiam ter até um foco turístico, principalmente não só para a engenharia, mas para todos aqueles que vão circular aqui na região.

Cabe a cada um de nós como representante do nosso governador, aqui na nossa região de Laguna, nossa circunscrição, o nosso âmbito de atuação está de município a município, de Paulo Lopes, Garopaba, Imbituba, Imaruí e Laguna. E outras ações aqui, hoje, discutidas com uma boa apresentação da senadora, do deputado Décio Góes, do Reno, do João José e com as intervenções também das pessoas que aqui fizeram questionamentos.

Cabe a nós levar aquilo que é de nossa responsabilidade. Hoje já vou entrar em contato com o governador, seja por telefone ou através de contato por e-mail, um canal direto que estabelecemos com as coisas mais relevantes que acontecem na nossa região e considero a nossa reunião de hoje bastante relevante.

Anotei aqui o assunto que relaciona a ZPE, com relação a essa estrada de Urubici, com relação aos terminais, e vamos ver se mantemos contato hoje também com o Mauro Mariani para dar sustentabilidade de uma resposta o mais breve possível. Da ponte de Cabeçadas, a comunidade que bate a nossa porta, na Secretaria Regional, sempre questiona se esses dez túneis extravasores, como o senhor chamou, são suficientes para troca (*ininteligível*) da água tão solicitada, se serão suficientes. Talvez seja essa discussão que o senhor colocou à disposição, a discussão, para mais uma vez, tantas vezes quantas forem possíveis, também não pode ser isso uma eternidade para discutir que solução encontrar, talvez pelo valor que representa essa obra tão grande, não só desses R\$ 3 milhões, R\$ 4 milhões, R\$ 5 milhões ou R\$ 10 milhões, que fazem um belo canal bem assoreado, que permite uma maior profundidade no canal Santo Antônio com Imaruí, colaborado com o governo federal, porque se não aproveitar agora, depois também vai demorar mais anos para fazer esse desassoreamento do canal.

A intervenção do Caporal foi muito pródiga, era apenas participar de alguns encontros e, realmente, deputado Reno, deputado Décio, junto com os parlamentares que aqui representam a nossa região sul, mais propriamente o Décio, mas os parlamentares respondem por todo o Estado de Santa Catarina, o sul precisa realmente tomar um novo impulso e mais vulto.

Como foi bem dito aqui, Caporal, Florianópolis já caminha sozinha, e a gente vê de vez em quando, não mais de vez em quando, mas constantemente, mais obras impulsionadas, até para o nosso próprio governo são mais investimentos de empresas que ali se estabelecem. É claro, como diz a nossa senadora: dinheiro vai atrás de dinheiro, é porque existem portos, existem rodovias e, talvez, até com mais intensidade ferrovias. Mas acho que nossos parlamentares têm que apoiar novos projetos, e que desencadeiem também uma vez por mês em cada município prestigiando os municípios da Amurel com esses desenvolvimentos necessários para a nossa região.

O que aconteceu hoje de manhã e está acontecendo à tarde se completa realmente para as necessidades imperiosas da nossa região.

Com relação aqui ao que foi levantado sobre o Farol, quero lhe dizer e adiantar que fizemos constar no PPA de 2008/2011, que os senhores deputados aprovaram, já tenho a manifestação do nosso governador com a intenção de lançar o edital ainda este ano, quero me referir à balsa até o Camacho, como Jaguaruna a Camacho está sendo construída, sendo pavimentada, a continuação então do Camacho até a balsa, ali naquela ponta (*ininteligível*) com ramal para o Farol.

Peço ao nosso governador que não fique só no nosso âmbito da Secretaria, qual é a intenção do nosso governador. Porque, às vezes, essas coisas demandam recursos de bate-ponto. Para ver essa obra concluída, precisamos o apoio dos nossos parlamentares que convivem no dia-a-dia conosco, independente de que partido sejam para essa obra que significa muito a redenção daquela região que vocês também conhecem, que é a interpraia. Porque essa obra é um segmento da interpraia, a estrada já está pavimentada asfálticamente, mas vai estar sedimentada, porque o traçado, com poucas correções geométricas, será praticamente o mesmo. O projeto está pronto para o Deinfra, atendendo todos os requisitos ambientais. Teremos todo o cuidado, o Deinfra está mais uma vez com o projeto pronto. Semana passada, estivemos na Fatma entregando esse projeto para mais uma avaliação, para ver se mais lá na frente não sejamos (*ininteligível*) para algum órgão ambiental ainda inibir o lançamento do edital. É uma obra que promete estar pronta.

Quero aqui registrar também, o pessoal de Imaruí não está aqui hoje presente, que faz parte também do PPA, que os senhores também aprovaram, o segmento muito importante que é de Imaruí a São Luiz, que vai alcançar São Martinho, também com (*ininteligível*) com ramal à esquerda que vai dar em Pescaria Brava, completando assim um programa rodoviário que nosso governo pretende implantar. Não está no PPA, mas refuto aos senhores parlamentares de muito interesse também, porque embora a gente seja de Laguna, mas não sou secretário daqui, sou da região da Laguna defendendo os interesses dos municípios, e registrar que precisamos, deputado Décio, deputado Reno, é que a estrada, aquela não pavimentada, que vai de Garopaba por dentro em direção a Paulo Lopes, do apoio dos senhores deputados para convencer, digamos assim, no bom sentido, o nosso governador para que insira no seu projeto de governo nos próximos dois anos ainda que teremos pela frente.

No mais, quero mais uma vez, agradecer e estender nossos cumprimentos a todos vocês e a todos aqui presentes e, principalmente, às pessoas de maior significado, e que vocês todos o são, que estão aqui prestigiando esse evento em Laguna.

E nosso muito-obrigado pela participação dos senhores. (*Palmas.*)

O SR. JOÃO JOSÉ DOS SANTOS - Deputado Reno, rapidinho, só para corrigir duas coisas.

A primeira, num mundo masculino aqui de engenheiros, é que esqueci de citar a nossa jornalista Maira Tavares Gonçalves, assessora de Comunicação do DNIT/SC, que preparou a apresentação e a conduziu. Está citada aí a nossa colega do DNIT, a Maira.

E também com relação ao orçamento já aplicamos na 101 sul em torno de seiscentos milhões empenhados e aplicados já em torno de quinhentos milhões. Em 2008 estão previstos mais quinhentos milhões para que possamos encaminhar o término da obra, no Orçamento da União.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO REGIONAL MAURO VARGAS CANDEMIL (SC) - A preocupação do nosso companheiro aqui, com relação a Laguna, é quanto à profundidade, até porque outros assuntos aqui foram discutidos e apresentados, e a obra termina finalmente em julho. Ainda não conseguimos obter do nosso amigo João José qual o orçamento foi até hoje investido na abertura da Barra da Laguna, mas uma notícia muito importante que foi colhida aqui é com relação à previsão do calado que vai ser feito com um novo método. Essa é uma boa notícia que colhemos aqui nesta Comissão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (deputado Reno Caramori) - Com a palavra o senhor deputado Décio Góes.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL DÉCIO GÓES (SC) - Acho que o objetivo desta audiência é dar uma noção dos projetos necessários para o nosso desenvolvimento, inclusive criando processos em cima disso, que não sejam só projetos do setor turístico ou do setor empresarial a ou b, ou só do político, mas que sejam projetos da sociedade.

Por isso, precisamos estar sempre colocando em pauta, discutindo, renovando. Tem questões que precisam ser fornecidas. Por exemplo, toda a questão da renovação da água da lagoa é possível trazeremos os técnicos que estão estudando e criar um debate específico, criando uma perspectiva de solução para aquela questão. Porque se existe a idéia de que a ponte em algum momento interceptou ou diminuiu a vazão da água, na realidade já faz 50 anos que está lançada a captação. É muito mais vantagem ainda que estejam lançando esgoto sanitário ali e outras contribuições que colaboram negativamente para o melhoramento da obra, enfim, uma de série de questões.

Então, o problema é um pouco mais complexo. É preciso que se discuta com mais consistência. Inclusive colocamos a Comissão de Turismo e Meio Ambiente à disposição para que se faça um debate específico sobre isso. Acho que vai ser muito mais produtivo.

Aqui temos uma visão geral do todo (*aponta para a imagem*). Porque, se pudéssemos imaginar o nosso Sul, com a BR duplicada, (*ininteligível*) implantado, são aspectos importantes das nossas costas, como batizamos aqui, que vai agregando roteiros novos ao eixo principal. Começo a imaginar a ligação da serra catarinense com a serra gaúcha, aqui nos aparatos da Serra (*aponta para a imagem*), as descidas de Faxinal, da 285.... (*ininteligível*), vai integrando com essa BR.... alguns fluxos importantes para nós (aqui temos São Bonifácio e São Martinho), porque quem está fora do fluxo, não tem como. Temos que criar roteiros, fluxos, caso contrário, o desenvolvimento pára.

Também, puxando um pouco para a Brava de Criciúma, cidade pólo de Criciúma, quanto à questão do anel viário, faltam 20 quilômetros para poder fechar todo o circuito que beneficia as cidades da região carbonífera. Inclusive não podemos esquecer da via expressa que vai ligar a BR duplicada com o anel viário. É obrigado, então, criar fluxo por toda a região, caso contrário, essas cidades irão ficar fora do fluxo.

Então, são obras fundamentais para o desenvolvimento do Sul.

Outra questão é a atenção que estão dando para os portos, tanto o de Imbituba quanto de Laguna, com todo o sacrifício que temos, não podemos esquecer que estamos há quarenta anos sem chegar perto da nossa pauta de discussão.

Portanto, são obras importantes para o nosso desenvolvimento.

São importantes os fóruns, as agências de desenvolvimento, todos esses fóruns de debate, mas que estejam ligados, integrados com a Associação dos Municípios, porque acho que elas devem concentrar esse debate para que ele não seja um debate de governo, de época, mas que sejam projetos nossos, da sociedade.

Então, eu acho que a gente precisa fazer isso tudo articulado com a Associação dos Municípios.

Outra coisa: temos falado muito com o governo do Estado sobre o Plano de Gerenciamento Costeiro, porque vai determinar área de pesca, não teremos com esse debate do Resex, de pescas artesanais, de pescas industriais (*ininteligível*), de maricultura, de áreas para empreendimentos (*ininteligível*), quais as devidas compensações. Isso tudo é fundamental para nós, porque nós vamos criar uma estrutura viária e sem ter um gerenciamento do solo nós não vamos poder usar a estrutura viária e vamos cair nos empreendimentos clandestinos que só vão estragar a gente, perdendo potencialidade, dando desgaste, enfim.

Nós precisamos que a Codesc leve a sério a questão dos (*ininteligível*). Há cinco anos, quando prefeito de Criciúma, o governo, vocês não acreditam, deixou seis milhões de reais parados por cinco ou seis anos.

Fez um convênio com a Codesc e ficou esse (*ininteligível*) que estamos tentando desenrolar agora e que, quando chegar na semana que vem, vamos olhar o cronograma para ver se estão cumprindo aqui ou se já está uns dias atrasados.

Então, são assuntos importantes que precisam estar na nossa pauta. A questão do aeroporto, eu acho que não podemos ficar de (*ininteligível*), o trajeto concreto aqui no aeroporto é (*ininteligível*). Por enquanto, como diz o deputado Julio Garcia, é um crime (*ininteligível*). (*ininteligível*)...precisa ser homologado, precisa ser colocado em funcionamento, precisa de (*ininteligível*)... precisa (*ininteligível*) aquilo que foi feito, que foi pactuado. Então, vamos concluir. Eu acho que esse é o grande esforço que tem que ser feito agora ou não encontrando uma solução e daí resolver o que foi destinado. (*ininteligível*.)

Não precisa fechar o Porto de Laguna, achando que vai fechar, porque tem espaço para isso. Não precisa fechar o Diomício Freitas, nem o Aeroporto de São Joaquim, porque tem espaço para isso.

Então, eu acho que é essa a visão que a gente tem que ter. (*ininteligível*).

Santa Catarina é uma região que tem sua identidade, mas que precisa ser pensada articuladamente e não (*ininteligível*).

Acho que nós nos complementamos, precisamos uns dos outros aqui nesta região para poder (*ininteligível*).

Então, o objetivo é esse: a gente montar o articulado, montar esse assunto na pauta, fazer vários programas de rádios, falar sobre o assunto infra-estrutura, sobre o assunto turismo, isso vai gerando uma cultura e vai gerando uma (*ininteligível*) de que os nossos projetos são esse, esse, esse e esse! São esses dois aqui que nós estamos... dando certo o desenvolvimento que nós precisamos.

Temos que agradecer a contribuição que a senadora Ideli tem dado. Em todas as conquistas que nós tivemos, nos últimos cinco anos, ela esteve presente, envolvida de alguma maneira.

Eu acho que essa é a nossa tarefa. Obrigado, presidente. Obrigado a todos que participaram, principalmente os que ficaram até agora. Eu acho que vocês são os heróis da região sul.

Um abraço. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (deputado Reno Caramori) - Obrigado, deputado Décio. De toda essa nossa crendice aqui vai sair uma ata. (*Ri.*)

O SR. DEPUTADO ESTADUAL DÉCIO GÓES (SC) - Esqueci de falar da...

O SR. PRESIDENTE (deputado Reno Caramori) - É, no dia 25. Realmente, foi adiada a audiência. Não é no dia 10, é no dia 25, às 9h.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL DÉCIO GÓES (SC) - Só para não esquecer da questão da Resex. Na verdade, foi requerido, no ano passado, para a Comissão de Turismo e Meio Ambiente - não havia mais tempo e nós deixamos para este ano. Neste ano nós estamos aqui escolhendo uma data com as outras comissões interessadas. A princípio a Comissão de Constituição e Justiça marcou para o dia 10 de março, ficou inviável por uma série de razões e foi transferida para o dia 25 de março, no Auditório Antonieta de Barros. Vai ser comunicado e já estamos sabendo aqui.

Então nós vamos discutir as unidades de conservação federal em Santa Catarina, as Resex aqui, as reservas extrativistas daqui, vai para a questão da Babitonga e a outra questão dos campos de altitude.

O SR. PRESIDENTE (deputado Reno Caramori) - Mais outras obras que estão ainda *sub judice*..

O nosso site da Assembléia é www.ale.sc.gov.br

Então vai ser feita uma ata que será encaminhada para quem solicitar. Para as entidades cadastradas nós vamos enviar. Gostaríamos de agradecer a presença de todos.

Eu agradeço, de coração, a todos, e aos funcionários que passaram o dia inteiro aqui. Um grande abraço a todos.

Está encerrada a audiência pública. (*Palmas.*)

DEPUTADO RENO CARAMORI
PRESIDENTE

*** X X X ***

ATA DE COMISSÃO PERMANENTE**ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO REFERENTE 2ª SESSÃO LEGISLATIVADA DA 16ª LEGISLATURA.**

Aos nove dias do mês de abril do ano de dois mil e oito, às nove horas e trinta minutos, sob a Presidência do Deputado Jorginho Mello, foram abertos os trabalhos da 9ª reunião ordinária da Comissão de Finanças e Tributação; reuniram-se os Senhores Deputados: Jorginho Mello, Manoel Mota, Décio Góes, Silvio Dreveck e Renato Hinnig. Ato contínuo, o Deputado Presidente colocou em votação a ata da 8ª Reunião Ordinária da Comissão acima epigrafada, sendo aprovada por unanimidade. O Presidente justificou a ausência da Deputada Odete de Jesus, por estar representando a Casa no Congresso Nacional da Associação Brasileira de Magistrados e Promotores de Justiça da Infância e da Juventude que se realiza nesta Capital no Centro de Eventos/Centro Sul. Seguindo, apresentou o calendário das Audiências Públicas conjunta com as Comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e Administração e Serviço Público, tendo seu início na Assembléia do Estado de Santa Catarina, no auditório deputada Antonieta de Barros, para debater a organização do Regime Próprio de Previdência dos Servidores do Estado de Santa Catarina - IPREV PLC 0050.6/2008. O deputado Décio Góes comenta que não possui nada em sua pauta e sugeriu escala diferenciada de trabalho para os deputados nessas duas semanas de Audiências Públicas. O deputado Renato Hinnig justificou sua ausência na Audiência Pública no dia quinze do mês corrente em São Miguel do Oeste, por estar em reunião no Rio Grande do Sul, que tratará sobre cobrança de pedágio. Não havendo nada mais a tratar, o Presidente deu por encerrada a presente Reunião, a qual eu, Silvio Nestor de Souza, Chefe de Secretaria, digitei a presente ata, que aprovada por todos os membros, será assinada pelo Presidente, e posteriormente publicada no Diário desta Assembléia.

Deputado JORGINHO MELLO

Presidente da Comissão de Finanças e Tributação

*** X X X ***

AVISO DE LICITAÇÃO**AVISO DE LICITAÇÃO**

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC, com sede na rua Dr. Jorge da Luz Fontes nº 310, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88020-900, comunica aos interessados que fará realizar no dia 08 de maio de 2008, licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL- n.º 014/2008 - REGISTRO DE PREÇOS destinado a **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE E SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA**, conforme especificações do Edital. Os envelopes contendo a parte documental e as propostas comerciais deverão ser entregues na Coordenadoria de Licitações até as 14:00 h do dia 08 de maio de 2008.

O Edital poderá ser retirado na Coordenadoria de Recursos Materiais, sala nº 032 no Anexo da ALESC e na página da ALESC na internet (www.alesc.sc.gov.br).

Florianópolis, 23 de abril de 2008.

Lonarte Sperling Veloso
Coordenador de Licitações

*** X X X ***

OFÍCIOS**OFÍCIO Nº 034/08****LAR RECANTO DO SOSSEGO**

Braco do Trombudo, 04 de abril de 2008.

Exmo. Sr.

Presidente da Assembléia Legislativa de Santa Catarina

Rua Jorge Luz Fontes, 310

88020-900 - Florianópolis - SC

Assunto: Manutenção do título de Utilidade Pública Estadual

Senhor Deputado,

Atendendo ao disposto na Lei nº 14.182, de 01 de novembro de 2007, estamos encaminhando a documentação mencionada na referida Lei, para a **manutenção do título de Utilidade Pública Estadual** de nossa entidade.

Atenciosamente,

Aldemis Rodolfo da Cunha
Secretário Executivo

Lido no Expediente

Sessão de 23/04/08

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 035/08**ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS DO AUTISTA**

Joinville, 02 de abril de 2008.

Ilmo. Sr.

Júlio Garcia

DD. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado

N E S T A

Estamos encaminhando a V. Exa. o Relatório de Atividades/2007 e Balanço Patrimonial/2007 da Associação de Amigos do Autista.

Sendo o que tínhamos para o momento, colocamo-nos a disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizer necessário.

Atenciosamente,

Euclésio Escher
Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 23/04/08

*** X X X ***

PROJETO DE EMENDA CONSTITUCIONAL**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 001/08**

Altera a redação do § 13, do artigo 31 e acresce o § 4º ao artigo 106, da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 1º O § 13, do artigo 31, da Constituição do Estado, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 31. (...)

§ 13 - Aplica-se aos militares estaduais o disposto no art. 23, incisos II, V, VI e VII, § 2º, art. 27, incisos IV, VII, VIII, IX, XI a XIV e XIX e no art. 30, § 3º desta Constituição." (NR)

Art. 2º. Fica acrescido o § 4º ao artigo 106 da Constituição do Estado, com a seguinte redação:

"Art. 106.(...)

§ 4º Para a carreira exclusiva de Estado do Grupo Segurança Pública - Polícia Civil, Autoridade Policial, aplica-se o disposto no art. 23, § 2º." (NR)

Art. 3º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Jorginho Mello

Deputado Jailson Lima da Silva

Deputado Serafim Venzon

Deputado Nilson Gonçalves

Deputado Elizeu Mattos

Deputado Dirceu Dresch

Deputado Pe. Pedro Baldissera

Deputado Dagomar Carneiro

Deputado Renato Hinnig

Deputada Odete de Jesus

Deputado Décio Góes

Deputado Pedro Uczai

Deputado Flávio Raganin

Deputado Silvio Dreveck

Lido no Expediente

Sessão de 23/04/08

JUSTIFICATIVA

Com a promulgação pelo Congresso Nacional da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, foram estabelecidas as novas regras do limite remuneratório dos agentes públicos dos Poderes, dando nova redação ao inciso XI, do art. 37, da Constituição Federal, a saber:

Art.37. (...)

XI - a remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, dos membros de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, incluídos as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, aplicando-se como limite, nos Municípios, o subsídio do Prefeito, e nos Estados e no Distrito Federal, o subsídio mensal do Governador no âmbito do Poder Executivo, o Subsídio dos Deputados Estaduais e Distritais no âmbito do Poder Legislativo e o subsídio dos Desembargadores do Tribunal de Justiça, limitado a noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento do subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, no âmbito do Poder Judiciário, aplicável este limite aos membros do Ministério Público, aos Procuradores e aos Defensores públicos;

Extrai-se da novel disposição constitucional que o limite remuneratório para os ocupantes de cargos, funções ou empregos públicos no Executivo estadual é o subsídio mensal do Governador, executando-se os membros do Ministério Público, Procuradores e Defensores Públicos, que ficam sujeitos à limitação do subsídio dos Desembargadores do Tribunal de Justiça.

Do dispositivo resultou a existência de dois limites remuneratórios para o Poder Executivo estadual, uns sujeitos ao subsídio dos Desembargadores do Tribunal de Justiça, e os demais, ao subsídio mensal do Governador.

Com a promulgação da alteração da Constituição do Estado de Santa Catarina pela Emenda Constitucional 47, aprovada pela Assembléia Legislativa do Estado, em sessão do dia 19 de dezembro de 2007 e promulgada em 18 de janeiro de 2008, a carreira de Auditor Fiscal da Receita Estadual foi colocada sob o manto remuneratório do Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado.

O argumento suscitado pelo eminente Deputado Proponente da Emenda foi a de que os Auditores Fiscais é que garantem o pleno funcionamento do Estado, por meio de sua atividade de arrecadação dos recursos para seu funcionamento.

Numa visão mais ampla, o tratamento dado aquela carreira também deve ser estendida aos Oficiais Militares e aos Delegados de Polícia, pois são eles que gerem as organizações que permitem a paz social e o funcionamento do próprio Estado.

Esta importância é materializada por sua presença constitucional federal e por sua competência, também constitucional federal, quanto aos primeiros de preservar a ordem pública, qual seja, o regular funcionamento da cidade e quanto aos segundos de Polícia Judiciária.

A própria Fazenda pública, de forma a garantir os seus trabalhos, reclama reiteradamente pelo apoio da Polícia Militar e, muitas vezes, também da Polícia Civil, como forma de permitir o exercício da ação fazendária.

Estados que em raros casos experimentaram a ausência dos policiais militares na rua e dos policiais civis apurando as infrações penais de maior potencial ofensivo, conheceram o caos, a desestabilização das instituições do Estado, disso resultando que nada funcionou e a sociedade entrou em colapso.

Os Oficiais Militares não comandam uma organização, mas uma instituição, um organismo perene e essencial ao Estado, a teor da Constituição Federal: Art. 42 Os membros da Polícias militares e Corpos de Bombeiros Militares, instituições organizadas com base na hierarquia e disciplina, são militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 18 de 1998).

São os Oficiais Militares os únicos agentes públicos, que não Juizes de Direito, a exercerem a magistratura, seja como Juiz Militar nos Conselhos Permanentes e Especiais junto a Auditoria da Justiça Militar, seja com Desembargador Militar, nos Estados em que há Tribunal de Justiça Militar.

Por tudo isso é que a Constituição Federal também assegura, em sua art. 125, § 4º e art. 42, § 1º c/c o art. 142, § 3º, inciso VI, que o Oficial Militar Estadual somente "perderá o posto e patente se for julgado indigno do oficialato ou com ele incompatível, por decisão de tribunal militar de caráter permanente, em tempo de paz, ou de tribunal especial, em tempo de guerra." É ele o único agente público integrante do Poder Executivo Estadual com tal garantia.

A essencialidade do cargo exercido por Oficial Militar, seu grau de relevância e o princípio da equidade justificam seu tratamento diferenciado como carreira típica de Estado, percebendo, em consequência, o tratamento diferenciado juntamente com os membros do Ministério Público, dos Procuradores, dos Defensores Públicos e, recentemente, aos Auditores do Tribunal de Contas do Estado e Auditores Fiscais, no que alude ao limite remuneratório, cujas atividades também reconhecidas como "carreiras exclusivas" de Estado.

Assim, por questão de justiça devem ser os Oficiais Militares integrantes de cargos com forte natureza de operador jurídico e de carreira de Estado, inseridos no mesmo rol de carreiras exclusivas de Estado, com o mesmo tratamento remuneratório, sujeitando-se ao limite remuneratório do subsídio dos desembargadores do Tribunal de Justiça.

No que diz respeito aos Delegados de Polícia, vale registrar, sobretudo, ser o Delegado de Polícia um agente político, não só em razão de seu assento constitucional (art. 144, § 4º, CF), mas também, pela sua independência no exercício das atribuições de polícia judiciária:

"Art. 144. (...)

(...)

§ 4º As polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, incumbem, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares."

Pela observância do dispositivo constitucional federal, constata-se que os Delegados de Polícia dirigem as Polícias Civis e presidem as apurações das infrações penais, tendo, dessa maneira, função de Estado extremamente relevante e imprescindível para sua estabilidade.

Os Delegados de Polícia têm, dentre outros encargos, o de prestar informações de suas decisões procedimentais, ao Poder Judiciário, conforme art. 5º, incisos LXI, LXII e LXV da Constituição Federal.

As atribuições do cargo de Delegado de Polícia são, repita-se, de natureza jurídica, tendo a seu cargo os procedimentos processuais. O Código de Processo Penal estabelece claramente quais são as funções da Autoridade Policial para auxiliar a administração de justiça criminal, tanto quanto prevista em várias leis complementares.

O processo criminal, com raríssimas exceções tem seu início e garantia de sucesso a partir do trabalho de investigação, coleta de provas e execução de atos de autoridade desenvolvidos pelos Delegados de Polícia, na sua função de polícia judiciária e de apuração de infrações penais, como determina o art. 144 da CF.

Dessa maneira, igualmente por questões de justiça devem ser os Delegados de Polícia integrantes de cargos com forte natureza de operador jurídico e de carreira de Estado inseridos no mesmo rol de carreiras exclusivas de Estado, com o mesmo tratamento remuneratório, sujeitando-se ao limite remuneratório do subsídio dos Desembargadores do Tribunal de Justiça.

Diante disto é que possibilitando ao Estado corrigir eventual distorção, o constituinte derivado corretamente procedeu à alteração à atual Constituição Federal, através da Emenda Constitucional nº 47, de 05 de julho de 2005, ao alterar o artigo 37, inserindo-lhe o § 12, que permite aos estados a fixação, mediante emenda às Cartas Estaduais, como limite único, o subsídio mensal dos Desembargadores, cujo texto assim se reproduz, ad litteram:

"§ 12. Para fins do disposto no inciso XI do caput deste artigo, fica facultado aos Estados e ao Distrito Federal fixar em seu âmbito, mediante emenda as respectivas Constituições e Lei Orgânica, com limite único, o subsídio mensal dos Desembargadores do respectivo Tribunal de Justiça, limitando a noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento do subsídio mensal dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, não se aplicando o disposto neste parágrafo aos subsídios dos Deputados Estaduais e dos Vereadores." (grifado)

Com o intuito de se adequar as condições orçamentárias e financeiras do Estado de Santa Catarina, optou-se em implantar o teto remuneratório para os Oficiais Militares Estaduais e Delegados de Polícia Civil, considerando o subsídio de Desembargadores do Tribunal de Justiça, gradativamente nos mesmos termos aplicados recentemente para a carreira de Auditor Fiscal da Receita Estadual, de modo a que, implementando-se 50% (cinquenta por cento) do seu valor, ficará a concessão do remanescente condicionada à edição de Lei complementar.

Neste sentido propõe-se a aplicação do § 2º do artigo 23, com redação dada pela emenda Constitucional nº 47, aos Militares Estaduais e aos Delegados de Polícia Civil.

A medida não representará acréscimo remuneratório aos Oficiais Militares e Delegados de Polícia Civil, nem tampouco produzirá um "efeito cascata" nas suas carreiras.

A motivação produzida pela alteração constitucional promoverá ainda mais o Estado de Santa Catarina, naquilo que lhe é mais caro, em sua imagem nacional e internacional além das suas belezas naturais, ou seja, a segurança pública de excelência que atraem turistas e empresários que impõe importante dinâmica econômica por meio da injeção de divisas na economia do Estado.

Por fim, aproveita-se o momento pra corrigir equívoco do legislador catarinense que ao promulgar a Emenda Constitucional nº 38 fez inserir ao final do § 13 do artigo 31 da Constituição Estadual referência a dispositivos da Constituição Federal, art. 30 § 4º, § 5º e § 6º que sequer existem no texto constitucional, promovendo-se, neste momento, sua supressão.

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI N. 104/08

Dispõe sobre o registro e divulgação dos índices de violência contra a mulher no Estado de Santa Catarina

Art. 1º Esta lei dispõe sobre o registro e divulgação dos índices de violência contra a mulher no Estado de Santa Catarina.

Parágrafo único. Considera-se, para efeitos desta lei, violência contra a mulher os delitos estabelecidos na legislação penal praticados contra a mulher e, em especial, os dos artigos 5º e 7º da Lei Federal nº. 11.340, de 07 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha).

Art. 2º A Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão publicará, semestralmente e organizados por região, disponibilizando para consulta, os seguintes dados sobre violência contra a mulher no Estado de Santa Catarina:

I - número de ocorrências registradas pelas polícias Civil e Militar do Estado de Santa Catarina, por tipo de delito;

II - número de inquéritos policiais instaurados pela Polícia Civil, por tipo de delito;

III - número de inquéritos policiais encaminhados ao Ministério Público e ao Poder Judiciário.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputada Odete de Jesus

Partido Republicano Brasileiro - PRB/SC

Lido no Expediente

Sessão de 23/04/08

JUSTIFICATIVA

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

Nossa intenção é dispor através de lei, apenas dados sobre o registro quantitativo e divulgação dos índices de violência contra a mulher no Estado de Santa Catarina.

Não podemos negar que hoje são indiscutíveis os avanços conquistados pela humanidade nas áreas da saúde, educação, tecnologia, direitos sociais e políticos, nos últimos anos. No entanto, a histórica e cultural desigualdade entre homens e mulheres, apesar das conquistas femininas em vários campos, perdura ainda em pleno século XXI. A violência é, ainda, a forma encontrada pelos homens, para resolver os conflitos resultantes do sentimento de posse e domínio que nutrem sobre as mulheres.

Pesquisas nacionais e internacionais apontam que as mulheres são as maiores vítimas da violência dentro da própria casa. Os dados são assustadores. Segundo a Anistia Internacional (Folha de S.Paulo, seção Mundo, 06/03/04), mais de um bilhão de mulheres no mundo (uma a cada três) foram espancadas, forçadas a manterem relações sexuais ou sofreram outro tipo de abuso, quase sempre cometido por amigo ou parente.

Pesquisa realizada pela Fundação Perseu Abramo, em 2001, apontou que no Brasil quase 2,1 milhões de mulheres são espancadas por ano, sendo 175 mil por mês, 5,8 mil por dia, 243 por hora, 4 por minuto - uma a cada 15 segundos.

Segundo a Sociedade Mundial de Vitimologia (IVW) ligada ao governo da Holanda e a ONU, o Brasil é o país que mais sofre com violência doméstica: 23% das mulheres brasileiras estão sujeitas a este tipo de violência.

A Constituição Federal, ao tratar da especial proteção à família, que é base da sociedade, estabeleceu em seu art. 226, § 8º: "O Estado assegurará a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações".

Por tudo isso, nos últimos anos, essa Casa tem se destacado com a edição das Leis nºs: 12.630, de 04 de julho de 2003, que "Institui o Programa Estadual de Apoio à Mulher em Situação de Violência"; 12.947, de 05 de maio de 2004, que "Estabelece a notificação compulsória dos casos de violência contra a mulher atendida em serviços de saúde da rede pública ou privada, cria o Comitê Técnico Intersetorial de Acompanhamento de Notificações de Violência Contra a Mulher e adota outras providências"; 14.082, de 14 de agosto de 2007, "Institui a Semana de Saúde da Mulher nos órgãos públicos do Estado de Santa Catarina, a ocorrer no mês de maio de cada ano"; 14.203, de 23 de novembro de 2007, que "Autoriza regime especial de atendimento, para fins de renda e emprego, às mulheres vítimas de violência conjugal"; e a 14.388, de 18 de março de 2008, que "Autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa de Atendimento Especial às Mulheres e Crianças Vítimas de Violência Sexual".

O Brasil é, também, signatário de vários documentos que delegam ao Estado a responsabilidade pela erradicação, prevenção e punição da violência de gênero.

Santa Catarina através deste Parlamento tem se destacado na luta para dar mais visibilidade a este lamentável drama vivido por muitas brasileiras, sempre independente de classe, raça, etnia, orientação sexual, renda, cultura, nível educacional e religião.

Em agosto de 2006 foi sancionada a Lei nº 11.340/06 conhecida como Lei Maria da Penha que é, hoje, um dos mais importantes instrumentos de enfrentamento e prevenção à violência doméstica e familiar contra as mulheres no Brasil. A referida lei tipifica esse tipo de violência como crime e a caracteriza como violação dos direitos humanos.

Prevê medidas inéditas de proteção às vítimas que vão desde a saída do agressor do domicílio e a proibição de sua aproximação física junto à mulher agredida e filhos, até o direito da mulher a reaver seus bens e cancelar procurações conferidas ao agressor, além de possibilitar a prisão em flagrante ou preventiva do agressor.

No entanto, uma das maiores dificuldades encontradas para o enfrentamento da violência contra a mulher é a falta de dados sobre o fenômeno.

Além disso, o acesso a dados confiáveis e periódicos sobre o fenômeno criminal e a sua distribuição geográfica e temporal ajudará, também, na avaliação das políticas em curso.

A divulgação desses dados servirá ainda, para dar maior visibilidade ao problema e, facilitará a participação popular não somente cobrando do Estado suas obrigações, mas também, sugerindo ações baseadas em informações precisas.

A sociedade patriarcal definiu o papel social do homem como provedor, dominador e dono do saber, o da mulher como submissa e incapaz. O resultado é uma sociedade desigual onde impera a violência sexual e de gênero.

Esse é um dos importantes desafios da atualidade, e o objetivo desse projeto, é contribuir para o desenvolvimento de ações que previnam punam e erradiquem a violência contra a mulher.

Pelo acima exposto, considerando a relevância da matéria, submeto à elevada consideração e apreciação de Vossas Excelências, esperando o acolhimento e aprovação da presente proposta legislativa.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI N. 105/08

Autoriza a inclusão da carne de peixe na merenda escolar das unidades educacionais do Estado de Santa Catarina.

Art. 1º Fica autorizada a inclusão da carne de peixe na merenda escolar das unidades educacionais do Estado de Santa Catarina.

Parágrafo único. O produto a que refere-se o caput deste artigo, é exclusivo para pescados industrializados.

Art. 2º O Conselho Estadual de Alimentação Escolar adotará as medidas necessárias para o atendimento ao disposto nesta Lei.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em

Ana Paula Lima

Deputada Estadual

Lido no Expediente

Sessão de 23/04/08

JUSTIFICATIVA

Dados do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), numa pesquisa encomendada pela Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República, indicam que Santa Catarina teve crescimento de 62% na produção total de pescados entre 1995 a 2004. De 92.160,0 toneladas, o Estado passou a produzir 148.915,0 toneladas por ano, a maior da Região Sul, e só ficando atrás, individualmente, do Estado do Pará, que coloca no mercado 153.806,0 toneladas anuais.

A participação dos catarinenses na pesca brasileira é, portanto, muito expressiva. No entanto, o consumo do peixe em Santa Catarina ainda é dos mais baixos do país. Enquanto a média nacional é de 8 quilos per capita/ano, no Estado a base alimentar da população não privilegia o peixe nas regiões mais distantes do litoral. Assim, a média nas áreas onde a produção de peixe é pequena, não passa de 4 quilos per capita/ano, de acordo com a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República.

O presente Projeto de Lei tem por objetivo não apenas aumentar o consumo de peixe em Santa Catarina, pelo simples fato de produzimos muito e comemos pouco. Mas especialmente pelas qualidade protéicas do peixe, pretendendo atingir a população estudantil através de merenda escolar.

Com isso, estaremos incentivando a geração de emprego e renda, de um lado, estimulando a produção familiar no sistema de água doce nas áreas distantes do litoral e beneficiando a infância catarinense.

Os peixes são ricos em proteína, fontes de vitaminas (A, D e B) e minerais (como o cálcio, fósforo e iodo). Têm teor de gordura reduzido e nessas predominam as do tipo poliinsaturada, diferentemente das carnes vermelhas, as quais contêm uma alta proporção de gordura saturada, que podem causar problemas cardíacos se consumidos em quantidade.

Por essas qualidades nutritivas, aqui referidas brevemente, o peixe inserido na dieta infantil é recomendação unânime de médicos e nutricionistas. A introdução do peixe no cardápio de crianças e adolescentes contribui para o desenvolvimento saudável e integral, auxilia na formação do sistema nervoso e segundo recomendações de especialistas, deveriam ser consumidos ao menos duas vezes por semana.

Diante da importância nutricional do peixe e da disponibilidade de pescados no Estado é que contamos com apoio dos parlamentares desta Casa para a aprovação do presente projeto, baseados ainda numa experiência que demonstra o quanto as crianças aprovam o peixe na merenda escolar. No município de Timbó, região do Vale do Itajaí, uma experiência da Secretaria Municipal de Educação ao implantar o peixe na merenda de 15 unidades pré-escolares, verifiquei a expressiva aceitabilidade desse alimento: 88,57%. Os dados constam de uma reportagem publicada no Jornal de Santa Catarina, a qual vai anexada à esta justificativa.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI N. 106/08

Declara de utilidade pública a AqüiMATE VitaSol - Aqüicultura, Meio Ambiente, Turismo, Educativo e Vida Solidária, com sede no município de Biguaçu/SC.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a AqüiMATE VitaSol - Aqüicultura, Meio Ambiente, Turismo, Educativo e Vida Solidária, com sede no município de Biguaçu/SC.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembléia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão de declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 22 de abril de 2008.

Deputado Renato Hinnig

Lido no Expediente

Sessão de 23/04/08

Justificativa

Trata-se de entidade com relevantes trabalhos sociais no município de Biguaçu/SC, promovendo ações sociais diversas.

Declarada de Utilidade Pública Municipal em 15/10/2007, vem requerer a declaração a nível estadual, para que possa usufruir das benesses outorgadas a entidades e instituídas por Lei.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI N. 107/08

Dispõe sobre a Política Estadual da Produção de Lácteos, constitui o Conselho Estadual do Leite - CONSELEITE e dá outras providências.

Art. 1º O Estado de Santa Catarina incentivar a produção de leite na Agricultura Familiar e a organização do setor, visando a inclusão social e o desenvolvimento das regiões, através da geração de renda na Agricultura Familiar, de trabalho em toda a cadeia produtiva do leite e da oferta de produtos de qualidade para toda a população.

Art. 2º A política estadual de produção de láteos reger-se-á pelas seguintes diretrizes:

I - Fortalecimento da produção de leite na Agricultura Familiar;

II - Promoção da produção de leite num modelo sustentado na produção de insumos nos próprios estabelecimentos dos agricultores familiares, especialmente a alimentação dos animais, à base de volumosos;

III - Incentivos às empresas e cooperativas, que não se utilizam de política de diferenciação de preço por volume de produção vendida pelos agricultores, ou seja, que praticam preço único de frete por litro do produto comercializado;

IV - Fortalecimento de políticas que garantam a continuidade da concorrência no setor, evitando-se a formação de um mercado oligopsônico, controlado por poucas empresas que determinam preço e quantidades a serem produzidas por agricultor;

V - Constituição de instrumentos democráticos e participativos de coordenação das atividades da cadeia produtiva do leite;

VI - Compatibilização das políticas de desenvolvimento da produção de leite, com as normas e princípios de proteção do meio ambiente, conservação dos recursos naturais e bem-estar animal;

Art. 3º São objetivos da Política Estadual da Produção de Lácteos:

I - Estimular a produção de leite nos estabelecimentos familiares como fonte de renda e de diversificação produtiva;

II - Garantir a renda dos agricultores familiares produtores de leite;

III - Estimular e apoiar a organização dos produtores de leite, tanto em cooperativas de comercialização como de agroindústrias de pequeno e médio porte;

IV - Aumentar a capacidade técnica e gerencial dos estabelecimentos familiares produtores de leite, de forma a elevar o nível da qualidade da produção e da eficiência econômica do setor;

V - Proteger o meio ambiente garantindo o uso racional dos recursos naturais e respeitar o bem-estar dos animais;

VI - Constituir instrumentos de coordenação da cadeia produtiva de láteos e de garantia de renda para os agricultores (as) familiares;

VII - Criar mecanismos que garantam que os incentivos públicos favoreçam a inclusão e a permanência dos agricultores (as) familiares na produção de leite.

Art. 4º - Compreendem-se como público prioritário da Política Estadual da Produção de Lácteos, os agricultores (as) familiares, que preencham os seguintes requisitos:

I - Agricultores familiares individuais que vendem sua produção diretamente aos consumidores ou a organizações destes ou que entreguem sua produção de leite para empresa ou cooperativa:

a) Que pratique política de preço único, sem bonificação por volume de venda;

b) Que pratique política de preços de frete, com amplitude máxima de 50% de diferença entre o valor mínimo e máximo, entre os agricultores, cobrado por litro de leite transportado;

II - Produção de insumo no estabelecimento, especialmente alimentos à base em alimentos volumosos;

III - Disponha-se a implementar projeto de melhoria e ampliação da produção de acordo com acompanhamento técnico público ou por instituição credenciada pelo conselho do programa, respeitado o limite máximo de produção individual;

Art. 5º - A coordenação da Política Estadual da Produção de Lácteos será realizada pelo Conselho Estadual do Leite - CONSELEITE, composto paritariamente entre representantes da Agricultura Familiar e do Poder Público Estadual e Federal, assim constituído:

I - Secretaria de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural;

II - Secretaria de Estado da Fazenda;

III - Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho e Habitação;

IV - Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina - EPAGRI;

V - Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina - CIDASC;

VI - Ministério do Desenvolvimento Agrário - Delegacia Federal no Estado de SC;

VII - Banco do Brasil;

VIII - Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB;

IX - Programa de Defesa do Consumidor - PROCON

X - Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul - FETRAF-SUL;

XI - Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Santa Catarina - FETAESC;

XII - Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina;

XIII - Federação Catarinense dos Municípios - FECAM;

XIV - Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina - OCESC;

XV - Associação das Cooperativas do Leite do Oeste Catarinense - ASCOOPER;

XVI - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST;

XVII - Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária - CRESOL Central Santa Catarina e Rio Grande do Sul;

XVIII - Um representante das Organizações não Governamentais - ONG's com atuação na Agricultura Familiar.

§ 1º O Conselho Estadual do Leite - CONSELEITE definirá critério de acesso às políticas públicas para o setor, levando em conta o objetivo de criar condições de maior benefício aos estabelecimentos familiares com menor produção e maiores dificuldades de comercialização;

§ 2º O Conselho Estadual do Leite - CONSELEITE organizará Câmaras Técnicas de apoio para tratar de questões tecnológicas, econômicas, fiscais, entre outras que forem necessárias.

Art. 6º É facultado ao Poder Público Estadual implementar programas de fortalecimento da produção de leite na Agricultura Familiar.

Art. 7º O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de até noventa dias a contar de sua publicação.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões

DIRCEU LUIZ DRESCH

Deputado Estadual - PT / SC

Lido no Expediente

Sessão de 23/04/08

JUSTIFICATIVA

O Projeto de Lei que submetamos a apreciação dos nobres pares desta Casa de Leis propõe ao Estado de Santa Catarina instituir Política Estadual da Produção de Lácteos e a constituição do Conselho Estadual do Leite - CONSELEITE.

A produção de leite sempre esteve presente nos estabelecimentos familiares, como importante atividade de subsistência e de formação da renda. Nos últimos 15 anos, a produção de leite se tornou uma das principais atividades comerciais da agricultura familiar em nosso estado. De acordo com os dados preliminares do Censo Agropecuário de 2006 são aproximadamente 90 mil estabelecimentos envolvidos na produção de leite, dos quais mais de 95% dos estabelecimentos são familiares, que respondem por cerca de 90% da produção do estado.

O crescimento da produção de leite no estado tem ocorrido fundamentalmente por cinco grandes motivos:

1. mudanças institucionais e de regulamentação da cadeia de lácteos, após 1990;

2. competitividade da produção da agricultura familiar com alimentação animal à base de pasto, o que diminui consideravelmente o custo de produção;

3. redução das barreiras à entrada de novos produtores pelo mercado em expansão e pela oferta de crédito através do pronaf;

4. bom nível de competição no mercado entre as empresas compradoras, o que tem evitado processos de concentração da produção e a formação de oligopólios no mercado; e

5. a tecnologia da caixinha longa vida que possibilita a entrada no mercado nacional do produto produzido no estado.

A produção de leite é hoje a principal fonte de renda de milhares de propriedades catarinense. A grande preocupação é como manter estas famílias na produção sem perder a competitividade e melhorar a qualidade do leite catarinense. Neste sentido os estudos realizados pelo Centro de Pesquisa da Agricultura Familiar - CEPAF/EPAGRI tem apontado as seguintes questões:

a) a competitividade da produção catarinense esta centrada na produção com alimentação animal a base de pasto, cultura adequada a topografia da maioria das propriedades e necessidade de renda das famílias dos produtores;

b) o ganho de qualidade na produção familiar tem mais a ver com o manejo de que com equipamentos, portanto, o central é o investimento na qualificação e preparação do produtor e não na obrigatoriedade de uso de determinadas máquinas, que encarecem os custos de produção, transferem renda para o setor industrial e excluem agricultores (as) da produção;

c) os sistemas de pagamento de preço diferenciado para quem tem maior produção é forma de transferência de renda dos agricultores mais pobres para a indústria e de concentração e especialização da produção, com a exclusão de famílias da produção;

d) a forma de diferenciação do custo do transporte do produto é outra forma de transferir renda dos mais pobres para a indústria e de inviabilizar a produção de muitas famílias; e

e) a forma ideal de produção, para manter a competitividade da produção catarinense, fazer inclusão social e econômica, de forma a abrir e manter oportunidades de renda para milhares de famílias no campo, milhares de empregos nas cidades, é a continuidade e apoio ao modelo familiar de produção. Para tanto, existe a necessidade de políticas que minimizem a concentração da produção, a continuidade da competição industrial e, minimizem a transferência de renda dos setores mais pobres para outros setores da cadeia de produção.

O Estado de Santa Catarina deverá incentivar a produção de leite na Agricultura Familiar, visando à organização do setor, a inclusão social e o desenvolvimento das regiões, e a geração de renda na Agricultura Familiar e a ampliação da oferta de empregos em toda a cadeia produtiva do leite, garantindo a oferta de produtos com qualidade para toda a população.

A política estadual de produção de láteos deverá guiar-se por diretrizes, que visem o fortalecimento da produção de leite na Agricultura Familiar; promovendo a produção de leite com base em um modelo sustentado na produção de insumos nos próprios estabelecimentos dos agricultores familiares, especialmente a alimentação dos animais, à base de volumosos; fortalecendo e incentivando o desenvolvimento da industrialização de pequeno porte, organizada pelos próprios agricultores e suas organizações; garantir incentivos às empresas e cooperativas, que não se utilizam de política de diferenciação de preço por volume de produção - preço único de frete por litro do produto comercializado; estabelecer e fortalecer políticas que garantam a concorrência no setor, evitando-se a formação de um mercado oligopsonico, controlado por poucas empresas que determinam preço e quantidades a serem produzidas por agricultor; estabelecer políticas de desenvolvimento da produção de leite, com as normas e princípios de proteção do meio ambiente e conservação dos recursos naturais e bem-estar animal; e por fim a constituição de instrumentos democráticos e participativos de coordenação das atividades da cadeia produtiva do leite.

Dentre os objetivos que se busca à política estadual da produção de lácteo esta em estimular a produção de leite nos estabelecimentos familiares como fonte de renda e de diversificação produtiva; garantir a renda dos agricultores familiares; estimular e apoiar a organização dos produtores de leite, em cooperativas de comercialização e agroindústrias de pequeno e médio porte; aumentar a capacidade técnica e gerencial dos estabelecimentos familiares produtores de leite; proteger o meio ambiente garantindo o uso racional dos recursos naturais; constituir instrumentos de coordenação da cadeia produtiva de lácteos e de garantia de renda para os agricultores (as) familiares; criando mecanismos que garantam que os incentivos públicos favoreçam a inclusão e a permanência dos agricultores (as) familiares na produção de leite.

O público prioritário da presente proposta de política estadual da produção de lácteo são os agricultores (as) familiares, que preencham requisitos, dentre os quais: agricultores familiares individuais que vendem sua produção diretamente aos consumidores ou a organizações destes ou que entreguem sua produção de leite para empresa ou cooperativa; produção de insumo no estabelecimento com base em alimentos volumosos; disponha-se a implementar projeto de melhoria e ampliação da produção de acordo com acompanhamento técnico público ou por instituição credenciada pelo conselho do programa;

Visando estabelecer instrumentos democráticos e participativos para a POLÍTICA ESTADUAL DA PRODUÇÃO DE LÁCTEOS, propõe-se o Conselho Estadual do Leite - CONSELEITE, que terá como prerrogativa a coordenação das atividades da cadeia produtiva do leite, definindo critérios de acesso as políticas públicas para o setor. O CONSELEITE deverá ser composto paritariamente entre representantes dos produtores de leite, especialmente da agricultura familiar e do poder público estadual e federal.

É com vistas a oferecer à cadeia produtiva do leite catarinense, uma política e um arcabouço institucional, capaz de desenvolver toda a cadeia produtiva, com inclusão social, garantindo a competitividade social e econômica de nossa produção que apresentamos o projeto de lei, para debate neste Poder Legislativo e com a sociedade catarinense.

Pelas razões acima exposta, e diante da relevância do tema, submeto à elevada consideração e apreciação de Vossas Excelências, esperando ao final o acolhimento e a aprovação da matéria.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI N. 108/08

Dispõe sobre a criação do Programa Catarinense de Fortalecimento da Produção de Leite na Agricultura Familiar - PROCLAF, e dá outras providências.

Art. 1º Autoriza o Poder Executivo promover a elaboração e execução do Programa Catarinense de Fortalecimento da Produção de Leite na Agricultura Familiar - PROCLAF, nos termos que estabelece a presente Lei.

Art. 2º São objetivos do Programa Catarinense de Fortalecimento da Produção de Leite na Agricultura Familiar - PROCLAF:

I - Garantir de pagamento de preço mínimo, estabelecido pelo governo federal, aos agricultores (as) familiares produtores de leite, de acordo com o que estabelece esta lei;

II - Incentivar a atividade leiteira e de seus derivados como importante fonte de renda da Agricultura Familiar;

III - Criar condições para promover a permanência e ampliação do número de famílias de agricultores na produção de leite;

IV - Qualificar a mão-de-obra da agricultura familiar envolvida no processo de produção, industrialização e comercialização do leite;

V - Promover o aumento de renda da Agricultura Familiar através da agregação de valor com o incentivo a agroindustrialização;

VI - Incentivar a cooperação entre os agricultores familiares, facilitando o financiamento para a aquisição de máquinas e equipamentos para a produção e industrialização do leite;

VII - Estimular a produção de leite à base de pasto por meio da formação, recuperação e manutenção das pastagens;

VIII - Propiciar a coleta a granel de leite refrigerado por parte dos agricultores familiares e/ou de suas organizações;

IX - Incentivar os agricultores (as) familiares com produção inferior a 1500 litros leite mês com descontos nas taxas de energia elétrica e do frete.

Art. 3º São beneficiários do PROCLAF os agricultores (a) familiares que são produtores de Leite, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

I - Não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;

II - Utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;

III - Tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;

IV - Dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

V - Tenha produção de até 4 mil litros leite mês.

§ 1º O disposto no inciso I do caput deste artigo não se aplica quando se tratar de condomínio rural ou outras formas coletivas de propriedade, desde que a fração ideal por proprietário não ultrapasse 4 (quatro) módulos fiscais.

§ 2º O disposto no inciso V do caput deste artigo não se aplica quando se tratar de cooperativa, agroindústria ou outras formas coletivas de produção, desde que a fração de produção por associado não ultrapasse 4 mil litros leite mês.

Art. 4º Para se qualificar a acessar as políticas do PROCLAF o agricultor deverá preencher os seguintes requisitos:

I - Agricultores familiares individuais que vendem sua produção diretamente aos consumidores ou a organizações destes ou que entreguem sua produção de leite para empresa ou cooperativa:

a) que pratique política de preço único, sem bonificação por volume de venda;

b) que pratique política de preços de frete, com amplitude máxima de 50% de diferença entre o valor mínimo e máximo, entre os agricultores, cobrado por litro de leite transportado;

II - Produção de insumos no estabelecimento, especialmente os alimentos a base de volumosos;

III - Disponha-se a implementar projeto de melhoria e ampliação da produção de acordo com acompanhamento técnico público ou por instituição credenciada pelo conselho do programa;

§ 1º O Conselho Estadual do Leite - CONSELEITE definirá critério de acesso ao programa, levando em conta o objetivo de criar condições de maior benefício aos estabelecimentos familiares, com menor produção e maiores dificuldades de comercialização.

§ 2º O agricultor poderá permanecer no programa por um período máximo de 5 anos.

Art. 5º. O Poder Executivo consignará, na legislação orçamentária, recursos financeiros para o custeio das ações e projetos voltados para os objetivos previstos nesta lei.

Art. 6º - Para a efetivação do PROCLAF, o Poder Executivo deverá:

I - Manter cadastro das unidades familiares de produção de leite, atualizado e publicado com dados da produção mensal e número de animais;

II - Desenvolver pesquisas visando a melhora da qualidade de todo o processo de produção de leite e seus derivados pela Agricultura Familiar;

III - Implantar mecanismos que garantam a indenização, para os agricultores pelo abate de animais para prevenção e controle permanentes de doenças que ponham em risco a qualidade dos rebanhos e comprometam a sua produtividade ou a saúde dos consumidores;

IV - Garantir assistência técnica aos produtores, às cooperativas e às demais formas associativas, visando o melhoramento da gestão da produção e a qualidade do produto;

V - Celebrar convênios com entidades de direito público e privado, buscando alcançar os objetivos do programa; e

VII - Desenvolver ações que propiciem a melhoria da qualidade do leite e da imagem da produção de lácteos pela Agricultura Familiar.

Art. 7º O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de até noventa dias a contar de sua publicação.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões

DIRCEU LUIZ DRESCH

Deputado Estadual - PT / SC

Lido no Expediente

Sessão de 23/04/08

JUSTIFICATIVA

O Projeto de Lei que submetemos a apreciação dos nobres pares desta Casa de Leis propõe em autorizar o Poder Executivo a criar o Programa Catarinense de Fortalecimento da Produção de Leite na Agricultura Familiar - PROCLAF.

Dentre os objetivos do Programa Catarinense de Fortalecimento da Produção de Leite na Agricultura Familiar - PROCLAF estão: a garantia de pagamento de preço mínimo, estabelecido pelo governo federal, aos agricultores (as) familiares produtores de leite; o incentivo da atividade leiteira e de seus derivados como importante fonte de renda, agregação de valor, e incentivo a agroindustrialização da Agricultura Familiar; criar condições para promover a permanência e ampliação do número de famílias de agricultores na produção de leite, com mão-de-obra qualificada no processo de produção, industrialização e comercialização do leite; incentivo à cooperação entre os agricultores familiares, facilitando o financiamento para a aquisição de máquinas e equipamentos para a produção e industrialização do leite; estimular a produção de leite à base de pasto por meio da formação, recuperação e manutenção das pastagens; propiciar a coleta a granel de leite refrigerado por parte dos agricultores familiares e/ou de suas organizações;

O PROCLAF visa beneficiar os agricultores (as) familiares, produtores de Leite, que poderão permanecer no programa por um período máximo de 5 anos e que se enquadrem dentre os seguintes requisitos: os produtores de leite, sejam individuais ou possuam empreendimento em forma condomínio rural ou outras formas coletivas de propriedade, não possuam área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais e tenha produção de até 4 mil litros leite mês, por proprietário/família; utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;

Para acessar as políticas do Programa Catarinense de Fortalecimento da Produção de Leite na Agricultura Familiar - PROCLAF o agricultor deverá vender sua produção diretamente aos consumidores ou a organizações destes ou que entreguem sua produção de leite para empresa ou cooperativa; e desde que pratique política de preço único, sem bonificação por volume de venda, e cuja política de preços de frete, tenha uma amplitude máxima de 50% de diferença entre o valor mínimo e máximo, entre os agricultores, cobrado por litro de leite transportado; a produção de insumos ocorra no estabelecimento, especialmente os alimentos a base de volumosos;

O Poder Executivo manterá cadastro das unidades familiares de produção de leite, atualizado com dados da produção mensal e número de animais; poderá celebrar convênios com entidades de direito público e privado, buscando o desenvolvimento de pesquisas visando a melhora da qualidade de todo o processo de produção de leite e seus derivados pela Agricultura Familiar, e da implantação de mecanismos que garantam a indenização, para os agricultores pelo abate de animais para prevenção e controle permanentes de doenças que ponham em risco a qualidade dos rebanhos e comprometam a sua produtividade ou a saúde dos consumidores; garantia de assistência técnica aos produtores, às cooperativas e às demais formas associativas, visando o melhoramento da gestão da produção e a qualidade do produto.

A produção de leite nas unidades da agricultura familiar catarinense sempre foi uma importante atividade de subsistência e de formação da renda, sendo atualmente a principal fonte de renda de milhares de propriedades catarinense. Dados preliminares do Censo Agropecuario de 2006 apontam aproximadamente 90 mil estabelecimentos envolvidos na produção de leite, dos quais mais de 95% dos estabelecimentos são familiares, que respondem por cerca de 90% da produção do estado.

Dentre os motivos que impulsionaram o crescimento da produção de leite no Estado de Santa Catarina estão as mudanças institucionais e de regulamentação da cadeia de lácteos, após 1990: a competitividade da produção da agricultura familiar com alimentação animal à base de pasto, o que diminui consideravelmente o custo de produção; redução das barreiras à entrada de novos produtores pelo mercado em expansão e pela oferta de crédito através do PRONAF; elevado nível de competição no mercado entre as empresas compradoras, o que tem evitado processos de concentração da produção e a formação de oligopólios no mercado; e melhoramentos tecnológicos como a embalagem "caixinha longa vida" possibilitando a comercialização e consumo por um período maior e distante das áreas produtoras.

De acordo com estudos realizados pelo Centro de Pesquisa da Agricultura Familiar - CEPAF/EPAGRI, localizada na cidade de Chapecó, a produção de leite nas unidades de agricultura familiar tem apontado os seguintes questões: competitividade da produção catarinense esta centrada na produção com alimentação animal a base de pasto, cultura adequada a topografia da maioria das propriedades; ganho de qualidade na produção familiar centrada no manejo, no investimento na qualificação e preparação do produtor e não na obrigatoriedade de uso de determinadas máquinas e equipamentos, que encarecem os custos de produção; verifica-se, no entanto, que o sistema de pagamento de preço diferenciado para quem tem maior produção é forma de transferência de renda dos agricultores mais pobres para a indústria e de concentração e especialização da produção, com a exclusão de famílias da produção; e da mesma forma a diferenciação do custo do transporte do produto é outra forma de transferir renda dos mais pobres para a indústria e de inviabilizar a produção de muitas famílias;

Portanto, o que se propõe com o Programa Catarinense de Fortalecimento da Produção de Leite na Agricultura Familiar - PROCLAF é estabelecer uma política e um arcabouço institucional, capaz de desenvolver toda a cadeia produtiva, com inclusão social, garantindo a competitividade social e econômica de nossa produção.

Pelas razões acima exposta, e diante da relevância do tema, submeto à elevada consideração e apreciação de Vossas Excelências, esperando ao final o acolhimento e a aprovação da proposição.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI N. 109/08

Dispõe sobre a criação do Fundo de Desenvolvimento da Produção de Leite na Agricultura Familiar do Estado de Santa Catarina - FUNDPLAF e da outras providências.

Art. Autoriza o Poder Executivo a constituir o Fundo de Desenvolvimento da Produção de Leite na Agricultura Familiar do Estado de Santa Catarina - FUNDPLAF de acordo com o que estabelece esta lei.

Art. 2º São objetivos do Fundo de Desenvolvimento da Produção de Leite na Agricultura Familiar do Estado de Santa Catarina - FUNDPLAF:

I - Financiar a política de renda dos agricultores (as) familiares produtores de leite, através da garantia do preço mínimo, de acordo com o que estabelece a lei;

II - Financiar a aquisição de máquinas, equipamentos e insumo para a produção e industrialização do leite;

III - Ser fonte de recurso financeiro para a execução das ações da Política Estadual da Produção de Leite e Derivados;

Art. 3º São beneficiários do FUNDPLAF os agricultores (a) familiares que são produtores de Leite, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

I - Não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;

II - Utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento, permitindo que contrate até um empregado permanente;

III - Tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;

IV - Dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

V - Tenha produção de até 4 mil litros leite mês.

§ 1º O disposto no inciso I do caput deste artigo não se aplica quando se tratar de condomínio rural ou outras formas coletivas de propriedade, desde que a fração ideal por proprietário não ultrapasse 4 (quatro) módulos fiscais.

§ 2º O disposto no inciso V do caput deste artigo não se aplica quando se tratar de cooperativa, agroindústria ou outras formas coletivas de produção, desde que a fração de produção por associado não ultrapasse 4 mil litros leite mês.

Art. 4º Para se qualificar a acessar os recursos do FUNDPLAF o agricultor deverá preencher os seguintes requisitos:

I - Agricultores familiares individuais que vendem sua produção diretamente aos consumidores ou a organizações destes ou que entreguem sua produção de leite para empresa ou cooperativa:

a) que pratique política de preço único, sem bonificação por volume de venda;

b) que pratique política de preços de frete, com amplitude máxima de 50% de diferença entre o valor mínimo e máximo, entre os agricultores, cobrado por litro de leite transportado;

II - Produção de insumos no estabelecimento, especialmente os alimentos a base de volumosos;

III - Disponha-se a implementar projeto de melhoria e ampliação da produção de acordo com acompanhamento de técnico do setor público ou por instituição credenciada pelo conselho do programa

Art. 5º. Constituem recursos vinculados ao Fundo de Desenvolvimento da Produção de Leite na Agricultura Familiar do Estado de Santa Catarina - FUNDPLAF:

I - 47,35% do valor arrecadado em ICMS da comercialização de produtos lácteos no estado de Santa Catarina;

II - Dotações orçamentárias do Estado e créditos adicionais que lhe forem destinados;

III - Recursos provenientes de convênios, contratos e outros ajustes celebrados com instituições públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras;

IV - Produto das multas aplicadas em razão de infrações previstas em lei;

V - Recursos resultantes de doações de pessoas físicas ou jurídicas;

VI - Recursos auferidos em razão de aplicações financeiras;

VII - Outras rendas ou receitas a ele destinadas.

Art. 6º No mínimo 50% (cinquenta por cento) dos recursos do FUNDPLAF deverá ser destinado a política de garantia de preços mínimos e outras políticas que assegurem renda, com transferência direta para os agricultores.

Art. 7º O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de até noventa dias a contar de sua publicação.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões

DIRCEU LUIZ DRESCH

Deputado Estadual - PT / SC

Lido no Expediente

Sessão de 23/04/08

JUSTIFICATIVA

O Projeto de Lei que submetamos a apreciação dos nobres pares desta Casa de Leis propõe em autorizar o Poder Executivo a criar o Fundo de Desenvolvimento da Produção de Leite na Agricultura Familiar do Estado de Santa Catarina - FUNDPLAF.

Dentre os principais objetivos do Fundo de Desenvolvimento da Produção de Leite na Agricultura Familiar do Estado de Santa Catarina - FUNDPLAF estão os financiamentos da política de renda dos agricultores (as) familiares produtores de leite, através da garantia do preço mínimo; financiamento para aquisição de máquinas, equipamentos e insumo para a produção e industrialização do leite; e ser uma das fontes de recursos financeiros para a execução das ações da Política Estadual da Produção de Leite e Derivados.

São beneficiários do FUNDPLAF os agricultores (as) familiares, produtores de Leite, q que se enquadrem dentre os seguintes requisitos: os produtores de leite, sejam individuais ou possuam empreendimento em forma condomínio rural ou outras formas coletivas de propriedade, não possuam área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais e tenha produção de até 4 mil litros leite mês, por proprietário/família; utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;

Para acessar os recursos do FUNDPLAF o agricultor deverá preencher os seguintes requisitos: vender sua produção diretamente aos consumidores ou a organizações destes ou que entreguem sua produção de leite para empresa ou cooperativa: e desde que pratique política de preço único, sem bonificação por volume de venda, e cuja política de preços de frete, tenha uma amplitude máxima de 50% de diferença entre o valor mínimo e máximo, entre os agricultores, cobrado por litro de leite transportado; a produção de insumos ocorra no estabelecimento, especialmente os alimentos a base de volumosos; disposição em implementar projeto de melhoria e ampliação da produção de acordo com acompanhamento de técnico do setor público ou por instituição credenciada pelo conselho do programa.

Constituem recursos vinculados ao Fundo de Desenvolvimento da Produção de Leite na Agricultura Familiar do Estado de Santa Catarina - FUNDPLAF:

I - 47,35% do valor arrecadado em ICMS da comercialização de produtos lácteos no Estado de Santa Catarina;

II - Dotações orçamentárias do Estado e créditos adicionais que lhe forem destinados;

III - Recursos provenientes de convênios, contratos e outros ajustes celebrados com instituições públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras;

IV - Produto das multas aplicadas em razão de infrações previstas em lei;

V - Recursos resultantes de doações de pessoas físicas ou jurídicas;

VI - Recursos auferidos em razão de aplicações financeiras;

VII - Outras rendas ou receitas a ele destinadas.

O FUNDPLAF destinará no mínimo 50% (cinquenta por cento) dos recursos à política de garantia de preços mínimos e outras políticas que assegurem renda, com transferência direta para os agricultores.

A produção de leite nas unidades da agricultura familiar catarinense sempre foi uma importante atividade de subsistência e de formação da renda, sendo atualmente a principal fonte de renda de milhares de propriedades catarinense. O Censo Agropecuário de 2006 aponta aproximadamente 90 mil estabelecimentos envolvidos na produção de leite, dos quais mais de 95% dos estabelecimentos são familiares, que respondem por cerca de 90% da produção do estado.

Dentre os motivos que impulsionaram o crescimento da produção de leite no Estado de Santa Catarina está a oferta de crédito através do PRONAF; e certamente o financiamento da atividade elevará ainda mais a produção e a competitividade das propriedades individuais e coletivas da agricultura familiar, conforme estudos elaborados pelo Centro de Pesquisa da Agricultura Familiar - CEPAF/EPAGRI.

Pelas razões acima exposta, e diante da relevância do tema, submeto à elevada consideração e apreciação de Vossas Excelências, esperando ao final o acolhimento e a aprovação da proposição.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI N. 110/08

Cria o Selo Eco-social da Produção de Leite da Agricultura Familiar Catarinense - SELEFAM e dá outras providências.

Art. 1º Autoriza o Poder Executivo instituir o Selo Eco-social da Produção de Leite da Agricultura Familiar Catarinense - SELEFAM.

Art. 2º São objetivos do Selo Eco-social da Produção de Leite da Agricultura Familiar Catarinense - SELEFAM:

I - Incentivar as empresas e cooperativas do setor que promovam a produção de leite na agricultura familiar de pequena escala;

II - Ser critério de acesso dos agricultores (as) familiares aos programas estaduais de incentivo a produção de lácteos;

III - Estabelecer uma referência social e tecnológica para a produção de leite da agricultura familiar junto aos consumidores e compradores aos de lácteos, que permita se constituir em diferencial para essa produção;

IV - Incentivar as empresas comerciais (supermercados, mercados, padarias, mercearias, etc) que dêem prioridade e destaque a comercialização de produtos com o SELEFAM..

Art. 3º Terão direito ao Selo as Cooperativas e Empresas que preencham os seguintes requisitos:

I - Adquiram mais de 95% de sua produção de Agricultores (as) Familiares;

II - Estabeleçam em sua relação, contratual ou não, com os agricultores (as): liberdade para a troca de empresas sempre que os mesmos desejarem; liberdade, por parte dos agricultores (as), de aquisição de insumos, máquinas e remédios de qualquer empresa atuante no mercado; fornecimento de assistência técnica e veterinária gratuita.

III - Praticar política de preço único, sem bonificação por volume de venda pelo agricultor (a);

IV - Praticar política de preços de frete, com amplitude máxima de 50% de diferença entre o valor mínimo e máximo, entre os agricultores, cobrado por litro de leite transportado;

Art. 4º Entende-se como agricultor (a) familiar beneficiário desta lei aquele (a) que:

I - Não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;

II - Utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;

III - Tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;

IV - Dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

V - Tenha produção de até 4 (quatro) mil litros leite mês.

§ 1º O disposto no inciso I do caput deste artigo não se aplica quando se tratar de condomínio rural ou outras formas coletivas de propriedade, desde que a fração ideal por proprietário não ultrapasse 4 (quatro) módulos fiscais.

§ 2º O disposto no inciso V do caput deste artigo não se aplica quando se tratar de cooperativa, agroindústria ou outras formas coletivas de produção, desde que a fração de produção por associado não ultrapasse 10 mil litros leite mês.

Art. 5º - O Selo Eco-social da Produção de Leite da Agricultura Familiar Catarinense - SELEFAM, será concedido pelo Conselho Estadual do Leite - CONSELEITE, instituído por Lei Estadual.

§ 1º O CONSELEITE estabelecerá os procedimentos para a qualificação das empresas e cooperativas para terem o selo concedido.

§ 2º O prazo para a análise dos pedidos de qualificação pelo CONSELEITE não poderá ultrapassar 90 dias da data do protocolo do mesmo.

Art. 6º - O selo concedido pelo CONSELEITE terá validade de 3 anos.

§ 1º Para se requalificar a empresa ou cooperativa deverá reapresentar pedido ao CONSELEITE, comprovando estar de acordo com os critérios.

§ 2º Havendo denuncia do não cumprimento dos critérios estabelecidos por esta lei, por empresa ou cooperativa, o CONSELEITE deverá solicitar que a mesma, no prazo de 30 dias apresente a documentação comprovando estar agindo de acordo com o estabelecido por esta lei, sob pena do não cumprimento, perder a autorização para utilizar o selo.

Art. 7º O acesso as políticas públicas estaduais, destinadas ao incentivo a produção de lácteos, somente poderá ser concedido a:

I - Agricultores (as) em conformidades com os critérios estabelecidos por esta lei, que comercializam sua produção com empresas e cooperativas que estiverem qualificadas com o Selo Eco-social da Produção de Leite da Agricultura Familiar Catarinense - SELEFAM.

II - Empresas e cooperativas qualificadas com o Selo Eco-social da Produção de Leite da Agricultura Familiar Catarinense - SELEFAM.

Art. 8º O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de até noventa dias a contar de sua publicação.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões

DIRCEU LUIZ DRESCH

Deputado Estadual - PT / SC

Lido no Expediente

Sessão de 23/04/08

JUSTIFICATIVA

O Projeto de Lei que submetemos a apreciação dos nobres pares desta Casa de Leis propõe em autorizar o Poder Executivo Estadual a instituir o Selo Eco-social da Produção de Leite da Agricultura Familiar Catarinense - SELEFAM.

Dentre os principais objetivos do Selo Eco-social da Produção de Leite da Agricultura Familiar Catarinense - SELEFAM estão o incentivo as empresas e cooperativas do setor que promovam a produção de leite na agricultura familiar de pequena escala; constituir-se como critério de acesso dos agricultores (as) familiares aos programas estaduais de incentivo a produção de lácteos; estabelecer uma referência social e tecnológica para a produção de leite da agricultura familiar junto aos consumidores e compradores aos de lácteos, que permita se constituir em diferencial para essa produção; e incentivar as empresas comerciais do atacado e varejo (supermercados, mercados, padarias, mercearias, entre outros) que dêem prioridade e destaque a comercialização de produtos com o SELEFAM.

O Selo será concedido as Cooperativas e Empresas que preencham os seguintes requisitos:

I - Adquiram mais de 95% de sua produção de Agricultores (as) Familiares;

II - Estabeleçam em sua relação, contratual ou não, com os agricultores(as): liberdade para a troca de empresas sempre que os mesmos desejarem; liberdade, por parte dos agricultores (as), de aquisição de insumos, máquinas e remédios de qualquer empresa atuante no mercado; fornecimento de assistência técnica e veterinária gratuita.

III - Praticar política de preço único, sem bonificação por volume de venda pelo agricultor (a);

IV - Praticar política de preços de frete, com amplitude máxima de 50% de diferença entre o valor mínimo e máximo, entre os agricultores, cobrado por litro de leite transportado;

Serão beneficiários do Selo Eco-social, agricultores (as) familiares produtores de Leite, que se enquadrem dentre os seguintes requisitos: os produtores de leite, sejam individuais ou possuam empreendimento em forma condomínio rural ou outras formas coletivas de propriedade, não possuam área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais e tenha produção de até 4 mil litros leite mês, por proprietário/família; utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;

Para acessar as políticas públicas estaduais, destinadas ao incentivo a produção de lácteos, somente poderá ser concedido a agricultores (as) em conformidades com os critérios estabelecidos por esta lei, que comercializam sua produção com empresas e cooperativas que estiverem qualificadas com o Selo Eco-social da Produção de Leite da Agricultura Familiar Catarinense - SELEFAM..

O Selo Eco-social da Produção de Leite da Agricultura Familiar Catarinense - SELEFAM será concedido pelo Conselho Estadual do Leite - CONSELEITE, instituído por Lei Estadual, que estabelecerá os procedimentos para a qualificação das empresas e cooperativas para terem o selo concedido, e terá validade de 3 anos.

A instituição do referido Selo qualificará e a produção de leite nas unidades da agricultura familiar catarinense, que sempre foi uma importante atividade de subsistência e de formação da renda, sendo atualmente a principal fonte de renda de milhares de propriedades catarinense. O Censo Agropecuário de 2006 aponta aproximadamente 90 mil estabelecimentos envolvidos na produção de leite, dos quais mais de 95% dos estabelecimentos são familiares, que respondem por cerca de 90% da produção do estado.

Dentre os motivos que impulsionaram o crescimento da produção de leite no Estado de Santa Catarina está a oferta de crédito através do PRONAF; e certamente o financiamento da atividade elevará ainda mais a produção e a competitividade das propriedades individuais e coletivas da agricultura familiar, conforme estudos elaborados pelo Centro de Pesquisa da Agricultura Familiar - CEPAP/EPAGRI.

Pelas razões acima exposta, e diante da relevância do tema, submeto à elevada consideração e apreciação de Vossas Excelências, esperando ao final o acolhimento e a aprovação da proposição.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI N. 111/08

Declara de utilidade pública a Associação de Deficientes Visuais do Planalto Norte de Santa Catarina - ADEVIPLAN/SC, do município de Canoinhas.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública, a Associação de Deficientes Visuais do Planalto Norte de Santa Catarina - ADEVIPLAN/SC, do município de Canoinhas.

Art. 2º A entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Antônio Aguiar

Lido no Expediente

Sessão de 23/04/08

JUSTIFICATIVA

A Associação de Deficientes Visuais do Planalto Norte de Santa Catarina - ADEVIPLAN/SC, com sede e foro no município de Canoinhas, fundada em 22 de maio de 2003, é uma entidade de direito privado, sem fins lucrativos e de caráter filantrópico, que tem por finalidade a assistência social, ação cultural, pesquisa e estudos, educação, promoção humana e defesa dos direitos sociais de pessoas portadoras de deficiência visual.

Trata-se de entidade que se encontra em pleno e regular funcionamento, cumprindo suas finalidades estatutárias e sociais, no que concerne às atividades assistências, beneficentes e filantrópicas.

A concessão do título declaratório em questão é de extrema importância para a instituição em causa, pois somente com essa documentação ela poderá firmar parcerias com órgãos estaduais, possibilitando-lhe alcançar seus objetivos estatutários de maneira mais eficaz e abrangente.

Estando dentro dos requisitos legais para que seja declarada sua utilidade pública estadual, conto com o apoio dos ilustres colegas parlamentares para que tal objetivo seja alcançado.

*** X X X ***